

Brasil em contra-reforma

Desestruturação do Estado e perda de direitos



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Behring, Elaine Rossetti

Brasil em contra-reforma : desestruturação do Estado e perda de direitos / Elaine Rossetti Behring. — 2. ed. — São Paulo : Cortez, 2008.

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-0981-8

1. Brasil - Condições econômicas 2. Brasil - Condições sociais 3. Brasil - Política e governo 4. Capitalismo - Brasil - História 5. Direitos civis - Brasil 6. O Estado I. Título.

03-6579

CDD-320.10981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Estado : Contra-reforma : Ciência política 320.10981

Elaine Rossetti Behring

Brasil em contra-reforma

Desestruturação do Estado e perda de direitos

2ª edição

9ª reimpressão

 **CORTEZ**
EDITORA

BRASIL EM CONTRA-REFORMA

Elaine Rossetti Behring

Capa: Márcia Carnaval

Preparação de originais: Ana Maria Barbosa

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Linea Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa da autora e do editor.

© 2003 by Autora

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074— Perdizes

05014-001 — São Paulo-SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil — abril de 2018

Sumário

Agradecimentos	7
Lista de siglas	9
Prefácio — Contra a Corrente	15
Introdução	19
Capítulo 1: Capitalismo contemporâneo e Estado	31
1. A reação burguesa nos anos 1980 e 1990	33
1.1. Mudanças no mundo da produção: as tecnologias e a nova condição do trabalho e de sua reprodução	34
1.2. Livre-cambismo universal: as características e conseqüências da mundialização do capital	40
2. O Estado no neoliberalismo	57
3. Fetichismo, dominação e hegemonia	65
Capítulo 2: A formação do capitalismo brasileiro — Interpretações do passado e do presente	77
1. História, teoria e método na análise das formações sociais	78
2. Capitalismo e democracia: traços e tensões da formação social brasileira	84
3. O Brasil dos anos 1990: contra-reforma e destruição	113
Capítulo 3: Brasil: entre o futuro e o passado, o presente dilacerado	127
1. Crise econômica e processo de democratização no Brasil dos anos 1980	130

2. O passaporte brasileiro para a mundialização: a ofensiva neoliberal dos anos 1990	149
2.1. Os estragos do <i>outsider</i> e o início da contra-reforma	149
2.2. O Plano Real e a recomposição burguesa no Brasil	155
Capítulo 4: A contra-reforma do Estado brasileiro: projeto e processo	171
1. A expressão intelectual: O projeto “social-liberal” em Bresser Pereira	172
2. A expressão institucional: o Plano Diretor da reforma do Estado	176
3. Os convidados para o debate	183
4. Uma crítica preliminar à concepção da “reforma” do Estado	196
Capítulo 5: Ilustrações particulares da contra-reforma	213
1. A flexibilização nas relações de trabalho	214
2. As privatizações e a relação com o capital estrangeiro	228
3. A condição da seguridade social pública no Brasil	248
3.1. Os direitos sociais: Perda ou restrição	261
3.2. O financiamento da seguridade social e o ajuste fiscal	271
Considerações finais	281
Bibliografia	289

Agradecimentos

“Que bobagem falar que é nas grandes ocasiões que se conhece os amigos! Nas grandes ocasiões é que não faltam amigos. Principalmente neste Brasil de coração mole e escorrendo. E a compaixão, a piedade, a pena se confundem com amizade. Por isso tenho horror das grandes ocasiões. Prefiro as quartas-feiras.”

Mário de Andrade

É difícil enumerar todas as pessoas que compartilharam das “quartas-feiras” que constituíram a realização deste livro. Esta foi uma etapa da vida que conjugou pesquisa e reflexão intelectual, intensa atividade política e mudanças pessoais importantes. Por isso, o suporte, a compreensão das tensões e ausências, a interlocução — acadêmica ou não — foram fundamentais para chegar ao resultado agora publicado. Este é apenas mais um produto parcial de um projeto de vida, e, como tal, esteve repleto de participações especiais. Então, não poderia deixar de registrá-las, com muita gratidão e carinho.

Meus pais, sempre acompanhando atenta e afetuosamente meu crescimento, e minha avó, que mineiramente reza por mim todos os dias.

Iva, com seus incentivos, trocas, toques, provocações, e a leitura com sugestões preciosas. Mione, Fredô e à pequena Julieta, que andam de pantufas no meu coração. Fernando, puros cuidado e sensibilidade. Kênia, vibração na vida.

Mais amigos queridos e que interferiram nessa produção: Marildo Menegat e Rossana Bossi — conversas profícuas; Ivana Bastos — sábados

em meio aos artigos de jornais; Yolanda, Elane, Paulinho, Willian, Ana Inês, Reinaldo e Marcinha — acolhimento. E ainda: Marilda Iamamoto, Maria Inês Bravo, Carlos Montaña, Lúcia Barroco, Marcelo Braz, Maurílio Mattos, Hilda Correa e Léa Braga — projetos afetivamente compartilhados. Vera Kostolias: apoio e dedicação.

Meu orientador e amigo José Paulo Netto: interlocução profunda, produtiva, respeitosa e afetiva, que já dura mais de dez anos.

Conjunto CFESS/CRESS, lugar de militância democrática, plural, solidária e combativa — coisa rara num ambiente que fragmenta a esquerda, tornando-a dura ou esmorecida... Fora do tom. Aqui, cabe a referência a duas amigas e companheiras fundamentais, em nome das quais agradeço a todas as demais: Bete Borges e Zenite Bogea. Estes *cariños* são extensivos aos/as companheiros (as) do Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social, espaço importante de exercício do reconhecimento das diferenças e de construção da unidade latino-americana. *Saludos!*

Professores que participaram desta caminhada, com suas provocações e dicas: Sulamis Dain, Eli Diniz, Ricardo Tauille, Ana Elizabete Mota, Maria Carmelita Yazbek, Carlos Nelson Coutinho, Aloisio Teixeira e Francisco de Oliveira.

Rigorosas, curiosas, ousadas e sensíveis pesquisadoras do orçamento da seguridade social na UERJ: Elaine Pelaez, Gisele Alcântara e Silvia Ladeira. Corajosa monitora, Maria Fernanda dos Santos.

UERJ, que ofereceu as condições institucionais com minha inserção no PROCAD parcial (1997 e 1998) e integral (1999 e 2000). FSS/UERJ, e Departamento de Política Social, do qual faço parte. Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução Social (PETRES), ao qual se vincularam os dois projetos de pesquisa que informam partes deste livro, sendo o último um compromisso assumido no âmbito do PROCÊNCIA, programa de dedicação exclusiva da UERJ. Aos professores, estudantes e funcionários da FSS/UERJ.

E, por fim, os sempre inquietos e exigentes assistentes sociais e estudantes de todo o Brasil, pela intensa interlocução que travamos em tantas aulas, conferências e eventos nestes anos.

Lista de Siglas

- Abepss — Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social
- Anatel — Agência Nacional de Telecomunicações
- Aneel — Agência Nacional de Energia Elétrica
- Anfip — Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social
- ANP — Agência Nacional do Petróleo
- BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- Cade — Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- CBAS — Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- Cepal — Comissão Econômica para a América Latina
- CFESS — Conselho Federal de Serviço Social
- Cress — Conselho Regional de Serviço Social
- CFESS/Cress — Conjunto que reúne o CFESS e os Cress
- CLT — Consolidação das Leis do Trabalho
- CNS — Conselho Nacional de Saúde
- CNAS — Conselho Nacional de Assistência Social
- CNPq — Conselho Nacional de Pesquisa
- CSN — Companhia Siderúrgica Nacional
- CUT — Central Única dos Trabalhadores
- Dasp — Departamento Administrativo do Serviço Público
- Dieese — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
- FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador

FEE — Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
FGTS — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fipe — Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (São Paulo)
Fiesp — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI — Fundo Monetário Internacional
ECE — Empresas de capital estrangeiro
EUA — Estados Unidos da América
Ibama — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IED — Investimento externo direto
Inesc — Instituto de Estudos Sócio-Econômicos
Inmetro — Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INSS — Instituto Nacional de Seguro Social
Ipea — Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LBA — Legião Brasileira de Assistência
Loas — Lei Orgânica da Assistência Social
Mare — Ministério da Administração e da Reforma do Estado
MEC — Ministério da Educação
MPOG — Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST — Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
OCDE — Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS — Organização Mundial da Saúde
OS — Organização social
Oscip — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAS — Plano de Assistência Médica (município de São Paulo)
Pasep — Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCS — Programa Comunidade Solidária
PDRE — Plano Diretor da Reforma do Estado
PIB — Produto Interno Bruto
PIS — Programa de Integração Social

Procon — Programa de Defesa do Consumidor

Proer — Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional

Planfor — Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PUC-RJ — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Siafi — Sistema Integrado de Administração Financeira

SUS — Sistema Único de Saúde

TCU — Tribunal de Contas da União

TQC — Total Quality Control

Unafisco — Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais

USP — Universidade de São Paulo

*“Viva o povo brasileiro!
— gritou Zé Popó da tribuna,
— com o punho fechado e voltado para cima.
— Viva nós!”*

Viva o povo brasileiro, João Ubaldo Ribeiro

PREFÁCIO

Contra a corrente

O Serviço Social há muito foi retirado do registro assistencialista pelos seus estudiosos e militantes, que o colocaram, acertadamente, no terreno da política. Aliás, esse foi um movimento teórico-prático da maior importância: os que ainda são chamados de assistentes sociais constituem-se numa das categorias mais combativas e, por isso criativas, na política brasileira do último quartel de século. A categoria está em todos os conselhos de defesa e promoção de direitos sociais, numa incessante atividade. Deve-se dizer que sem os assistentes sociais a criação e a invenção de direitos no Brasil não teria conhecido os avanços que registra. Este livro de Elaine Rossetti Behring provém dessa matriz — que José Paulo Netto chamou de projeto ético-político profissional — e confirma de forma excepcional a vocação cidadã da categoria à qual pertence, e da qual é uma de suas principais lideranças.

Não fôsse esse pano de fundo, surpreenderia que o tratamento da questão do Estado aqui seja examinado sob o ângulo de sua reforma — e, neste caso, de uma contra-reforma —, no que é mesmo uma lição de teoria política aos cultores de uma anódina ciência política de corte anglo-saxão, que tem geralmente deslocado o exame do Estado para o âmbito de teorias produtivistas ou individualistas, como a “escolha racional” e suas congêneres. Em nosso tempo, esse deslocamento não é gratuito: é a própria despolitização da política.

Elaine Rossetti Behring recusa a despolitização e submete as modificações na estrutura e lugar do Estado ao exame rigoroso de uma teoria que

vai buscar na economia política, na sociologia política, na sociologia do trabalho e nos estudos do serviço social a ancoragem necessária para examinar a contra-reforma do Estado. Mudanças constitucionais com o rótulo pirata de “reformas” têm sido um sistemático desmonte da estrutura estatal, com o objetivo mais grave e profundo de atingir e fazer retroceder os direitos sociais — mas nessa esteira, nem os direitos civis e políticos estarão a salvo — cuja construção foi produto da história de trabalhadores lutando contra a total mercantilização; vale dizer, impondo limites à exploração. Este é o caráter mais profundo dessas “reformas”.

A exploração que Elaine faz concretamente do caso brasileiro sustenta ir adiante: trata-se de uma contra-revolução. À escala mundial no movimento da globalização, pois o Estado do Bem-Estar criou uma arena especial de disputa da propriedade privada não tanto no sentido clássico da socialização dos meios de produção, mas no sentido mais moderno de clivagens e vetos à antes indisputada ditadura do capital. E os fundos do bem-estar, por terem se tornado insubstituíveis no financiamento da acumulação de capital politizaram a reprodução do sistema. A reação neoliberal tenta, justamente, despolitizá-la outra vez, reconduzindo-a ao puro reino da mercadoria.

E o avanço das forças produtivas, com a formidável expansão da produtividade do trabalho cria, virtualmente, duas possibilidades: a primeira, de ampliação dos direitos, desde que o excedente social pode financiá-los quando tomam as formas de bens não-mercantis; e por outro, como já são anacrônicos os constrangimentos para a exploração da força de trabalho, a de re-mercantilização brutal. É na política que se decidem as vias para aproveitamento das virtualidades criadas pelo desenvolvimento, e o Estado tem sido o maior garantidor da universalização.

Justamente, pois, tais mudanças devem receber no âmbito da questão do Estado a denominação de “contra-reformas”, que lhes dá Elaine Rossetti Behring. Poderia parecer, e é sobre isso que se assentam as premissas neoliberais, que se trata de menos Estado e mais exercício pleno da cidadania, numa “sociedade civil” que, por sua maturidade, prescindiria da tutela do Estado. Liberais e marxistas, cujas raízes iluministas são comuns, querem os primeiros dispensar o Estado para deixar livre o cidadão e os segundos suprimi-lo para pôr côbro à opressão de classes e à exploração.

Mas seria uma ilusão perigosa pensar que este é o caso do capitalismo contemporâneo, e pior ainda, do nosso país, pois o que a luta social e política do século XX ensinou é que se trata de expandir a universalização dos

direitos e de disputar o controle do Estado, que permanece sendo a forma mais efetiva de universalização. E os direitos sociais constituem a forma mais moderna dessa universalização, travando a exploração. Justamente quando as classes passam a dispôr de instrumentos e mecanismos de intervenção nos negócios do Estado, através da expansão da democratização, então grupos e classes dominantes o que buscam é reduzir o espaço dessa intervenção. A contra-reforma do Estado, que é uma contra-revolução, é o movimento pelo qual o capital tenta anular os novos atores políticos e tapar outra vez a Caixa de Pandora da desarrumação da relação de dominação. Nem se trata, pois, de retirar a tutela do Estado sobre os cidadãos, nem estamos frente a um movimento de supressão do Estado pelo desaparecimento do conflito de classes. A esse canto de sereia neoliberal há que tapar os ouvidos, como Ulysses, e a melhor forma de fazê-lo é desmascarando na teoria e na prática os argumentos e “reformas”. Amarrarmo-nos no mastro é a ação teórico-prática que se desenvolve na tese, agora livro, de Elaine e nas atividades das “assistentes” sociais.

Mas aqui não estamos em presença de conclusões apriorísticas. Com sua experiência de assistente social e de militância, de docência e pesquisa na área a qual vem se dedicando, munida de uma bibliografia — 300 títulos entre livros, artigos, documentos oficiais e jornais — e um método rigoroso, sob a orientação de José Paulo Netto, Elaine examina a trajetória do capitalismo contemporâneo e suas relações com o Estado, a formação do capitalismo brasileiro pelos seus mais eminentes intérpretes, a crise na qual submergiu a economia brasileira desde os anos 80, e a contra-reforma em operação a partir de Fernando Collor de Mello. Ainda um exame mais minucioso ilustra os casos de contra-reforma com a flexibilização nas relações de trabalho, as privatizações e a relação com o capital estrangeiro, as condições da seguridade social no Brasil, a perda de direitos sociais e o financiamento da seguridade social comprimida nas tenazes do ajuste fiscal. Uma atenção especial é dada ao período Fernando Henrique Cardoso, 1995-2002, sem dúvida nenhuma onde o desmonte do Estado e o desmanche — a expressão é de Roberto Schwarz — do precário Estado de Direito Social encontraram não apenas sua maior efetivação, mas sua formulação mais peçonhentemente precisa.

Este livro necessita ser lido com urgência, posto que o desmonte estatal e o desmanche do, repita-se, precário Estado de Direito Social brasileiro parece terem fincado raízes no pensamento político institucional, além de terem imposto fortes limitações à ação estatal. Uma nova conjuntura que

deveria poder estimular a participação cidadã está trocando de sinais, na direção da hegemonia privatista. É hora de aumentar a vigilância e o livro de Elaine arma a ação para a intensa disputa no interior da sociedade e do Estado.

Ter feito parte de sua banca de exame de doutorado, na companhia de seu orientador, José Paulo Netto, de Aloisio Teixeira, Carlos Nelson Coutinho e Maria Carmelita Yazbek já foi um privilégio — esse sim! — e assinar o prefácio de seu livro então é quase ser marajá!

Francisco de Oliveira
primavera de 2003

Introdução

O Brasil seria uma nação inacabada ou realizada? De forma geral, os discursos oficiais e dos meios de comunicação remeteram sempre para uma idéia básica: o que se faz no presente é a construção das bases para um futuro de prosperidade e justiça social no Brasil — grande potência continental —, país onde “em se plantando, tudo dá...”, e que possui um povo pacífico e trabalhador. Nesse sentido, os governos passaram, cada um deles reeditando o mote do *país do futuro*. Basta lembrar a propaganda em larga escala dos “Oito anos do Plano Real”, em 2002, segundo a qual estavam lançados os fundamentos de um novo futuro — aquele que custa a chegar — com a combinação de estabilidade econômica e maior equidade. Esta última projeção, claro, foi sempre adiada... há quinhentos anos. Dessa forma, fomentou-se historicamente a esperança no futuro como cimento de legitimidade da dominação no presente.

A reflexão que resulta da pesquisa que realizei nos últimos anos, e que se consolida neste livro,¹ dirige-se à outra resposta à pergunta inicialmente formulada: o Brasil é uma nação realizada. Ocorre que sua realização — aqui entendida como seu caminho para o mundo capitalista moderno — deu-se sob a prevalência de um “drama crônico”: o *mix* de heteronomia e

1. Faço referência à pesquisa realizada para a tese de doutorado intitulada *A Contra-Reforma do Estado no Brasil*, e defendida em 6 de setembro de 2002, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, e avaliada por uma banca composta por: José Paulo Netto (orientador), Francisco de Oliveira, Maria Carmelita Yazbek, Aloísio Teixeira e Carlos Nelson Coutinho. A maioria das sugestões da banca foi incorporada aqui. Portanto, este livro é a tese com alguns ajustes necessários decorrentes das importantes observações desses interlocutores tão qualificados.

conservadorismo político, tão bem identificado por Florestan Fernandes, que refreou historicamente a incorporação econômica, política e cultural dos trabalhadores, da massa da população.

Nesse sentido, a nação realizou-se para poucos. O Brasil tornou-se o oitavo PIB do mundo até 1994 (depois disso, o PIB caiu para a 11ª posição entre os países, segundo o FMI), industrializou-se e urbanizou-se, pela via de modernizações conservadoras, conduzidas pelo alto. Foi um país que, fundado no desenvolvimentismo, promoveu saltos para a frente, cresceu a taxas impressionantes durante cinquenta anos (em média, 5,6%, entre 1940 e 1980), mas mantendo uma também impressionante desigualdade social — a quarta pior distribuição de renda do planeta, conforme dados recentes do PNUD —, expressa na imensa concentração de renda e riqueza: construiu-se um pobre país rico. Isto significa que avançou um projeto nacional, mas sempre com seus benefícios limitados quanto ao acesso dos “de baixo” e mantendo uma relação de subordinação com as potências hegemônicas no mercado mundial. Houve algum crescimento do mercado interno, medidas de proteção social — graças às lutas sociais, expressando as contradições e conflitos de classes —, que resultaram em conquistas relevantes ao longo desse período. Parece-me incontestável que ocorreu um processo de modernização conservadora, que, apesar das imensas contradições, abria um futuro promissor, condicionado à possibilidade de que as forças progressistas e revolucionárias que se forjaram por dentro deste processo se colocassem no cenário político como alternativa de poder, realizando na seqüência uma agenda que combinasse tarefas democráticas, a exemplo da tão adiada reforma agrária, com medidas de cunho socialista, numa perspectiva de revolução permanente.

As perguntas que me incomodavam e insistiram em insinuar-se diziam respeito aos acontecimentos históricos no Brasil a partir de 1994, com alguns antecedentes desde 1990. Meu acompanhamento dos fatos enquanto professora na área das políticas sociais, cidadã e militante do movimento socialista no Brasil colocava uma questão básica e que atravessa o trabalho aqui desenvolvido: vivemos mais um processo de modernização conservadora, numa retomada da hegemonia das elites dominantes com alguns deslocamentos no seu interior, correspondentes às articulações heterônomas usuais e conduzida pelo alto? E complementando a questão, me perguntava: estas mudanças seriam uma reedição dos procedimentos de sempre, com um conteúdo econômico novo, afeito às alterações no mundo do trabalho e da regulamentação? Qual é a natureza e a profundidade estrutural

das transformações empreendidas na era Cardoso, ou melhor, seus efeitos de longo prazo? E em quais condições econômicas, políticas, sociais e culturais se realiza a luta de classes neste “novo” velho Brasil e, dentro disso, quais passam a ser os desafios para a classe trabalhadora?

No início desta pesquisa, estive muito preocupada com os termos de síntese — a exemplo dos conceitos de modernização conservadora, de revolução passiva e de via prussiana — trazidos à discussão pelo pensamento social brasileiro, no campo da tradição marxista, para explicar nossa formação social, o que permaneceu um aspecto importante do trabalho, como o (a) leitor (a) constatará. Contudo, percebi que fundamentais não eram os termos de síntese, mas sim os processos que levaram a eles. Estas categorias teóricas principais foram pontos de chegada de projetos intelectuais monumentais, a exemplo de Florestan Fernandes e Caio Prado Jr., e conhecê-las significou vislumbrar interpretações riquíssimas da formação do capitalismo no Brasil, na perspectiva de forjar uma nova sociabilidade. Um projeto de estudo — aliás, uma espécie de “banho de Brasil” — que eu colocava em perspectiva desde o mestrado e está longe de ser esgotado aqui. Mas neste caminho pude perceber os limites destes conceitos, ou melhor, que nenhuma destas categorias seria suficiente para caracterizar as profundas transformações no Brasil dos anos 1990, especialmente pós-Plano Real. Isto porque os processos em foco são outros.

O conservadorismo político permaneceu como uma constante, mas adquirindo novas formas para estabelecer fontes de legitimidade, tais como o clientelismo moderno, ou neocorporativismo, a mobilização do voluntariado para o solidarismo que acompanha a ofensiva ideológica burguesa no Brasil, e a superutilização dos meios midiáticos para a difusão dos axiomas fundamentais da “nova modernidade”. Do ponto de vista econômico, houve alguma modernização pela ponta, com trabalhadores usando celulares pré-pagos, por exemplo. Mas, ao lado disso, instaurou-se o desemprego generalizado, com o que se restringiu a possibilidade do consumo de massas e do mercado interno de massas, aberta no tempo do nosso fordismo à brasileira — que foi, deve-se registrar, extremamente tímido, apesar das promessas realizadas para parcela dos trabalhadores da posse do Fusca e da casa própria nos tempos áureos e “milagrosos”.

Ao lado disso, houve uma imensa perda de soberania, com a destruição das possibilidades concretas de ruptura com a heteronomia, constituídas desde os anos 1930. Por outro lado, não foi alterada substantiva ou sequer significativamente a estrutura da desigualdade social brasileira.

A condição da seguridade social pública após a Constituição de 1988 — sempre no meu horizonte de estudo e de intervenção política, em função das demandas do Serviço Social brasileiro, em especial nos anos de formulação deste trabalho, quando estive na presidência do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, gestão 1999-2002) — talvez seja o principal indicador da natureza dos processos em curso: destrutiva e regressiva. Vislumbrei a hipótese de que o Brasil, muito provavelmente, não estaria andando para a frente, mas no sentido inverso, em nome de uma modernidade falaciosa e da inserção passiva na nova dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Destas indagações decorre a eleição, como objeto de estudo, da “reforma” do Estado no Brasil. As aspas, evidentemente, vieram depois. A escolha deveu-se, portanto, à reflexão sobre a própria natureza do Estado como espaço de síntese das relações sociais, sob a hegemonia do capital, o que implica uma diretiva de classe, mas incorporando demandas dos trabalhadores expressadas no processo da luta de classes. Esta posição social essencialmente totalizadora do Estado — e, ainda, o lugar central que o discurso “reformista” lhe atribuíu² — foram razões da minha escolha. Observando as propostas de deslocamento ou de refuncionalização do papel do Estado em sua intervenção nas relações sociais, eu poderia identificar os rumos gerais da “reforma”, sua coerência interna, sua articulação com as mudanças econômicas e com a política social, e o alcance de seus impactos reais.

Este caminho se revelou profícuo, como se verá nas páginas a seguir, que expõem os argumentos que sustentam a caracterização geral a que cheguei: *de que se esteve diante de uma contra-reforma do Estado, que implicou um profundo retrocesso social, em benefício de poucos*. Esta caracterização relaciona-se ao abandono das possibilidades de ruptura com a heteronomia e de uma redemocratização política e econômica inclusiva dos trabalhadores e da maioria da população brasileira nos anos 1990. E vincula-se, ainda, à recusa de caracterizar como reforma processos regressivos. Na verdade, a auto-referência dos apologistas, os quais insistem em apontar o projeto da era FHC como reforma, é uma espúria e ideológica ressemantificação. Cabe lembrar que este é um termo que ganha sentido no debate do movimento

2. Vale dizer que a insatisfação para com o desenho, políticas e cultura no âmbito do Estado brasileiro era generalizada e expressada também no interior de uma agenda progressista para o país. Mas o centro da análise aqui desenvolvida será o projeto hegemônico e sua contra-reforma, que atropelou as perspectivas efetivamente democráticas, cuja retomada hoje depara com enormes desafios daí decorrentes.

operário socialista, melhor dizendo, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva a equidade. Portanto, o reformismo, ainda que se possa e deva criticá-lo, como o fez Rosa Luxemburgo, dentre outros, é um patrimônio da esquerda (Nogueira, 1998). No contexto de uma contra-reforma, portanto, o Estado ocupa uma posição mais distante do mediador civilizador vislumbrado pelos clássicos da política e de certa forma reeditado pela orientação keynesiana, datada e geopoliticamente situada (Behring, 2000a), passando a cuidar prioritariamente das condições gerais de reprodução do capital e dos excessos cometidos, no cenário de barbárie que se instaura com o comando do mercado livre, a exemplo da violência endêmica de que somos testemunhas ou vítimas.

Trata-se de um processo “destrutivo não-criador” — em concordância com Maria da Conceição Tavares (1999) —, cujo desvendar implica um sentido político claro para esta obra, qual seja, delinear os principais aspectos da contra-reforma do Estado tendo em vista a construção de contratendências, fundadas num movimento social contra-hegemônico, cujas possibilidades poderão se ampliar na nova correlação de forças aberta em 2003, com a chegada de Lula ao governo federal, à frente de uma coalizão de centro-esquerda. O novo governo encontra um país dilacerado e uma série de armadilhas econômicas — com destaque para a bomba dos juros em combinação com o endividamento externo e interno, somados à atitude predatória dos especuladores — e amarras jurídicas, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que o Estado possa cumprir um papel estruturante e redistributivo. Portanto, a tarefa é a de uma corajosa reconstrução do Brasil após a avalanche — o dilúvio neoliberal com suas graves seqüelas —, que deixa de herança um país privatizado, profundamente endividado, ainda mais desigual e violento. Este livro procura contribuir para o conhecimento deste novo Brasil que emerge do Plano Real, ápice da experiência neoliberal no Brasil. Tenho a compreensão dos limites e dificuldades postos no estudo de um processo em andamento, bem como de que esta é uma tarefa para longos anos e muitas pessoas. Mas tenho a pretensão de dizer que esta é uma tentativa de compreensão sistemática, para compor um processo de reflexão coletiva.

Um objetivo, cabe dizer, que se coloca apenas para determinado campo social e seus intelectuais: o dos que têm compromissos sociais com a igualdade e a democracia e se propõem fazer história, criar, interferir no rumo das relações societárias mais amplas. Nessa direção, os que buscarem neste trabalho uma perspectiva asséptica, dentro das “melhores” tradições

cientificistas da ciência social, hoje reificadas pelos estudos descritivos do pós-modernismo em sua versão conservadora, irão sofrer uma decepção. Aqui busquei ao limite integrar o rigor da pesquisa com um mirante de análise radicalmente crítico e com um claro sentido político (Löwy, 1987), o que tem relação com a tradição teórica que orienta este trabalho, tal como em minhas incursões anteriores já publicadas: a tradição marxista. Este ângulo analítico implica um raciocínio metodológico geral, qual seja, o de que não se pode analisar as mudanças recentes no Estado brasileiro de uma perspectiva unilateral, monocausal, a exemplo de um superdimensionamento das determinações da economia mundial ignorando a particularidade histórica brasileira, sob pena de empobrecer a discussão, tal como o fazem os formuladores da “reforma”. Fez-se necessário buscar de maneira quase obsessiva uma maior consistência metodológica, articulando um conjunto de mediações e determinações políticas, econômicas, culturais e sociais — nacionais e internacionais — que, ao se relacionarem e interagirem na *totalidade concreta*, a sociedade burguesa e sua expressão particular no Brasil, delineiam a direção e o conteúdo da contra-reforma do Estado.

Como já anunciei, cheguei à conclusão de que estamos diante de uma contra-reforma do Estado, e não de um processo de modernização conservadora, ainda que com aspectos que podem remeter a este termo-síntese. Assim o têm feito vários autores, embora sua aplicação à realidade seja, na minha opinião, um tanto forçada e metodologicamente incorreta, considerando que os processos não têm que caber numa formulação, mas deve-se buscar as melhores caracterizações para reproduzir os processos como “concreto pensado”. Pois bem: procurei demarcar a diferença do momento atual do país, no qual se inscreve a contra-reforma do Estado, de outros movimentos de mudanças estruturais ocorridos na história brasileira, dado seu atual caráter fortemente destrutivo e regressivo, bastante diferente das “fugas para a frente” do desenvolvimentismo. Devo esclarecer e advertir que não há no argumento qualquer saudosismo do nacional-desenvolvimentismo, o qual, ademais, gerou imensas desigualdades no Brasil, apesar dos resultados econômicos expressivos, e também por sua condução antidemocrática, na maior parte do tempo — características claramente enunciadas nas abordagens fundadas no conceito de modernização conservadora e revolução passiva.

A análise crítica aqui desenvolvida parte de uma perspectiva de que é possível implementar uma agenda progressista radicalmente democrática

— que vinha se desenvolvendo nos anos 1980 e que foi atropelada pelo projeto de tendência neoliberal em curso nos anos 1990. Uma agenda dos “de baixo”, como dizia também o saudoso Florestan Fernandes, referência teórica e política importante neste trabalho. Para tanto, penso que a esquerda brasileira não pode abrir mão de alguns marcos do debate sobre a transformação societária na América Latina, definidos ao longo de uma dura história de “veias abertas”. Estes marcos são: o reconhecimento de que estes países são essencialmente capitalistas, com particularidades que envolvem um *mix* de passado e presente, melhor dizendo, de que há uma dinâmica própria do capitalismo retardatário; a crítica da idéia de um desenvolvimento capitalista independente nessas paragens, conduzido em aliança com uma suposta “burguesia nacional progressista”; e, por fim, a compreensão de que uma agenda de radicalização da democracia supõe uma combinação estratégica entre tarefas democráticas e socialistas.

Cabe salientar que esta perspectiva vem orientando meu trabalho teórico e acadêmico, e também minha militância política. Sobre esta última, penso que este livro tem profunda sintonia e articulação com o que foi batizado nos anos 1990 de projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro (Netto, 1999). Ele foi produzido no calor dos seus debates no âmbito da seguridade social pública; nos embates com o MEC em defesa das diretrizes curriculares que definimos coletivamente; na difícil condição do debate democrático na universidade pública em contexto de “confusão dos espíritos”; nos encontros/fóruns da categoria, a exemplo dos Encontros de Seguridade, CBAS, CFESS/Cress, Eness, e instâncias da Abepss, e nos fóruns internacionais, particularmente o Comitê Mercosul de Organizações Profissionais, dentre outros. É também uma produção acadêmica que reafirma a direção social e ético-política apontada nos documentos fundamentais do Serviço Social brasileiro: o Código de Ética do Assistente Social, as diretrizes curriculares da Abepss, a Lei de Regulamentação da Profissão. É, portanto, um trabalho que se nutriu do debate profissional e cuja devolução para a categoria, espero, tenha condições de fomentar uma reflexão sobre o Brasil, situando a seguridade social pública em sua articulação mais ampla com a economia e a política brasileiras. Penso que o conjunto CFESS/Cress avançou muito com a produção do documento intitulado “Carta de Maceió — Seguridade Social Pública: É possível!” (2000), no qual desenvolveu a importância estratégica da luta em defesa da seguridade no Brasil. Quando se propõe um debate sobre os impactos da contra-reforma do Estado sobre a seguridade, dentre outros aspectos, o objetivo é

aprofundar essa discussão e fornecer mais elementos para a luta abraçada pelos assistentes sociais brasileiros.

Postas estas considerações, devo apresentar ao leitor o projeto geral deste livro. Tem-se, então, um primeiro capítulo que procura traçar algumas características do capitalismo mundializado contemporâneo, a partir da análise da crítica marxista da economia política atual, a exemplo das mudanças no mundo do trabalho e da financeirização, e seus impactos no Estado e na sociedade de classes. Destacam-se aí as requisições e imposições político-estratégicas das grandes potências — aliadas às empresas transnacionais — para as chamadas “reformas” ou os referidos “ajustes estruturais” em curso nos países da periferia, com fortes impactos para o Estado. Para esta análise buscou-se uma interlocução com autores que, de maneira geral, têm uma leitura arejada dos aportes marxianos, mas sem abrir mão da “ortodoxia” que se refere ao método, à lei do valor e à perspectiva política de superação do mundo do capital. Este capítulo pode ser considerado, em parte, uma atualização do meu livro *Política social no capitalismo tardio* (Behring, 1998).

O segundo capítulo inicia com uma breve discussão, a partir de Marx, sobre as questões que envolvem a generalização teórica da idéia de modo de produção e a dinâmica histórica de uma dada formação social, apontando a necessidade de delinear o conjunto de mediações entre um conceito e outro. Este é o caminho pelo qual se justifica buscar uma apreensão sistemática das categorias explicativas da formação social, econômica, política e cultural, formuladas no âmbito de um histórico e intenso debate no pensamento social brasileiro, desde Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, até os dias de hoje. Porém, destaquei o debate marxista sobre o Brasil, em especial o que está presente em Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Roberto Schwartz, Francisco de Oliveira e Carlos Nelson Coutinho, dentre outros. Há uma assumida ênfase na obra de Florestan Fernandes intitulada *A revolução burguesa no Brasil*, que pode ser considerada central para qualquer formulação sobre nosso processo de modernização, melhor dizendo, de formação capitalista. Assim, são discutidas categorias como modernização conservadora e revolução passiva, levantando-se o problema de seu potencial explicativo para as mudanças contemporâneas.

O terceiro capítulo está centrado na discussão da trajetória recente do capitalismo brasileiro, o papel do Estado e das classes sociais, mas sempre em articulação com os elementos apontados nos capítulos anteriores acerca

da lógica do mercado mundial na contemporaneidade e da particularidade histórica brasileira. Dois processos estão aí destacados: a crise econômica profunda dos anos 1980 e a redemocratização do país. Por dentro das disputas de projetos societários de resposta para a crise econômica e o restabelecimento da democracia, vai se configurando a derrota de uma agenda progressista para o Brasil e a afirmação das chamadas “reformas orientadas para o mercado”. Se as classes dominantes estiveram fragmentadas durante algum tempo, a coalizão em torno de Cardoso, após a aventura “collorida”, configurou uma recomposição burguesa duradoura no país, apesar das tensões e fissuras internas, que se tornaram públicas e evidentes no segundo mandato de Cardoso, e que estiveram na base da vitória eleitoral de um projeto democrático-popular nas eleições gerais de 2002. O controle inflacionário, após anos de instabilidade, gerou a base econômica e ideológica para a legitimação política do novo núcleo de poder no país a partir de 1994, que vai desencadear o ajuste neoliberal de forma mais intensa e profunda que Collor, em especial com a auto-referida “reforma do Estado”.

No quarto capítulo são apresentados a concepção e os principais argumentos teóricos e históricos dos ideólogos da “reforma”, em suas expressões intelectual e institucional. Dentre estes, destaca-se Bresser Pereira, por suas inúmeras publicações a respeito e seu cargo de ministro de Estado, à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado, no primeiro governo Cardoso. Após uma ampla interlocução com tais argumentos, foram elencadas várias pontuações críticas, dentre as quais a aparente esquizofrenia que existe na relação entre o discurso da “reforma” — em busca do equilíbrio fiscal — e os efeitos perversos da macroeconomia do Plano Real, que apontam numa direção contrária.

O quinto capítulo procura reconstruir a contra-reforma do Estado em alguns de seus aspectos particulares, demonstrando seus efeitos destrutivos duradouros para o país. Para esta tarefa, foi feita uma ampla pesquisa em jornais de grande circulação dos anos 1990, documentos oficiais e estudos e pesquisas sobre os temas especificamente tratados: a flexibilização do trabalho, as privatizações e a seguridade social.

Acredito que este é um percurso com reflexões que podem contribuir para desmistificar o “reformismo” dos anos 1990 e, ao fazê-lo, ajudar a retirar as aspas, engendrando a perspectiva de um novo projeto nacional que supere a si mesmo, com as novas possibilidades que se abrem. No entanto, o discurso e as práticas contra-reformistas continuam mantendo sua força

na agenda política, apesar da vitória político-eleitoral. Estão insidiosamente presentes na mídia, na condescendência com a era FHC, na tentativa permanente de enfatizar Lula como continuidade, e não como ruptura. E se manifestam claramente em algumas das primeiras intervenções de membros do novo governo, especialmente na área econômica, bem como em projetos de “reforma” apresentados, a exemplo da Previdência Social. Isto mostra que a retomada do fio da radicalização democrática será uma tarefa exigente: a esperança deverá ser ainda mais ousada, se quiser mesmo vencer o medo.

“Talvez nossa reflexão deva começar por aí: pelo fato de que nossa sobrevivência está ameaçada. [...] Temos a chave do futuro da humanidade, mas para poder usá-la temos que compreender o presente. [...] Não podemos nos permitir desviar os olhos.”

Êxodos, Sebastião Salgado

CAPÍTULO 1

Capitalismo contemporâneo e Estado

Os processos de “reforma” do Estado, contidos nos *planos de ajuste estrutural* em curso nos vários países, sobretudo na década de 1990,¹ apenas podem ser compreendidos no contexto das transformações mais profundas engendradas no mundo do capital, em especial a partir dos anos 1970. Portanto, inicio esta análise explicitando algumas determinações relevantes e transformações de longo prazo que permitem caracterizar quais razões socioeconômicas e políticas estão na base dos processos de “reforma” do Estado, orientados para o mercado. Ou seja, há a preocupação central de apanhar nexos causais, enfatizando o que existe de mais duradouro e estrutural nas relações sociais capitalistas contemporâneas, ainda que este “duradouro” seja paradoxalmente a própria instabilidade e a aceleração da compressão espaço-temporal de que nos fala Harvey (1993), tendo em vista ampliar/assegurar a rentabilidade do capital. A tarefa, portanto, é analisar a lógica do capital na contemporaneidade para compreender as requisições mais profundas dirigidas ao Estado capitalista.

Como já explicitiei em trabalhos anteriores (Behring, 1993, 1998 e 2000a) e apesar do ambiente intelectual e cultural deste fim de milênio, sustento a posição de que a crítica marxista da economia política contém os mais ricos recursos heurísticos, categorias teóricas e aportes para um mergulho analí-

1. Segundo Montes (1996: 179), “mais de oitenta países se encontram submetidos a estes planos, cujas conseqüências internas estão sendo desoladoras e no nível internacional configuraram um novo marco das relações econômicas entre os países industrializados e os do Terceiro Mundo” (tradução minha).

tico nos processos sócio-históricos da sociedade burguesa e seus movimentos contínuos de transformação. Enquanto houver capitalismo, permanecem atuais o legado teórico-metodológico e as descobertas marxianas, em especial a lei do valor como *relação social* organizadora fundamental das relações econômicas, sociais e políticas no mundo da generalização universal das mercadorias. No entanto, se em Marx encontra-se o núcleo ontológico e categorial para uma crítica da sociedade burguesa, faz-se necessário buscar desenvolvimentos ulteriores na tradição marxista², tendo em vista apanhar determinações novas, numa condição de existência na qual “tudo o que era [(é)] sólido e estável se dissolve no ar”, como caracterizaram Marx e Engels no seu *Manifesto do Partido Comunista*. Neste mesmo texto, eles apontam que a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, as relações de produção e todas as relações sociais (1998: 8). Então, o desafio é entender o que muda no capitalismo contemporâneo, o sentido das transformações econômicas e sociais em curso — a condição geral da luta de classes — e as novas requisições para a intervenção do Estado.

No livro *Política social no capitalismo tardio* (Behring, 1998), estabeleço uma interlocução com as principais formulações no âmbito da tradição marxista acerca do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, quando se generalizaram padrões de proteção social no mundo do capital e quando há alterações importantes no papel do Estado.³ A intenção era abordar o tema *política social* a partir da crítica marxista da economia política contemporânea. Hoje, é fundamental tomar como ponto de partida a sistematização ali consolidada, em especial o conceito de *capitalismo tardio*, de Ernest Mandel, e as conclusões a que cheguei, bem como atualizar essa interlocução. Isto porque as pressões para uma refuncionalização do Estado capitalista nos

2. Para uma visão geral do conjunto das formulações, diferenças e inflexões históricas relacionadas às várias correntes do marxismo, que permitem falar de uma já secular tradição marxista, consultar os doze volumes da *História do marxismo*, organizada por Eric Hobsbawm e publicada pela editora Paz e Terra. Também considero imprescindíveis para essa discussão três textos de Perry Anderson (1976, 1987 e 2000). Sobre a tradição marxista na América Latina e Brasil, ver Michael Löwy (1999) e, especificamente para o Brasil, uma discussão inicial em Leandro Konder (1988).

3. Nesse trabalho discuto as idéias de Paul Boccarda e sua equipe sobre o capitalismo monopolista de Estado (CME); as teses de Paul Baran e Paul Sweezy acerca do capitalismo monopolista e o processo norte-americano; o conceito de crise fiscal do Estado em James O'Connor; os aportes fundadores da Escola da Regulação francesa, de Michel Aglietta; e o conceito de capitalismo tardio, de Ernest Mandel.

anos 1980 e 1990 estão articuladas a uma reação burguesa à crise do capital que se inicia nos anos 1970, vislumbrada por Mandel (1982). Esta reação aprofunda ou mantém algumas características enunciadas no conceito de capitalismo tardio, que supõe a chamada onda longa de estagnação — que se desenvolve desde final dos anos 1960 até os dias de hoje, segundo as melhores análises críticas dos processos contemporâneos⁴ a que tive acesso. Mas acrescenta também elementos novos. A partir desse diálogo, busquemos a compreensão dos processos que vão requisitar a contra-reforma do Estado que é engendrada no âmbito dessa reação burguesa e a ela dá sentido,⁵ e cujas características centrais passo a analisar.

1. A reação burguesa nos anos 1980 e 1990⁶

Houve uma resposta contundente do capital à queda das taxas de lucro da década de 1970, cujos fundamentos foram tratados em Mandel (1982) e Harvey (1993). Os anos 1980 foram marcados por uma revolução tecnológica e organizacional na produção, tratada na literatura disponível como reestruturação produtiva — confirmando a assertiva mandeliana (reforça-

4. Há uma constatação generalizada no campo da tradição marxista contemporânea de que o capital desencadeou uma reação implacável à queda das taxas de lucro ao longo dos anos 1980 e 1990, retomando níveis de rentabilidade por parte das empresas transnacionais e do capital financeiro, em especial, mas mantendo taxas de crescimento medíocres em todos os cantos do planeta, o que permite afirmar que não houve retomada de uma nova onda expansiva, apesar das autocomemorações neoliberais. Consultar: Anderson (1995); Chesnais (1996); Harvey (1993), Montes (1996) e Husson (1999). A clássica saída belicista da crise, configurada após os atentados a Nova Iorque de 11 de setembro de 2001, corrobora a tese da longa estagnação.

5. Os fundamentos da onda longa de estagnação a partir da análise das tendências de desenvolvimento parcialmente independente dos elementos que compõem o valor estão nos textos de Mandel (1982 e 1990). São trabalhados em meu livro (Behring, 1998) e também resgatados na tese de doutorado de forma sumária, e com um diálogo com autores como Harvey e Husson (Behring, 2002: Capítulo 1). Dada a extensão do texto, este conteúdo será publicado em forma de artigo. Aqueles fundamentos devem ser tomados como pressupostos para uma compreensão da reação burguesa em curso, que será abordada neste capítulo e que requisita as “reformas” orientadas para o mercado.

6. Aqui desenvolvo observações adiantadas em Behring, 1998, (pp. 176-189). Acrescento novos aportes e determinações no sentido de melhor caracterizar os processos em curso nos anos 1990 e suas implicações para a retomada ou não de um processo duradouro de expansão, com destaque para seus impactos no Estado. E deixo de utilizar o termo globalização, incorporando o debate francês sobre a mundialização do capital em Chesnais (1996) e Husson (1999).

da por Husson,1999) da corrida tecnológica em busca do diferencial de produtividade do trabalho, como fonte dos superlucros (Mandel, 1982); pela mundialização da economia, diga-se, uma reformulação das estratégias empresariais e dos países no âmbito do mercado mundial de mercadorias e capitais, que implica uma divisão do trabalho e uma relação centro/periferia diferenciados do período anterior, combinada ao processo de financeirização (hipertrofia das operações financeiras); e pelo ajuste neoliberal, especialmente com um novo perfil das políticas econômicas e industriais desenvolvidas pelos Estados nacionais, bem como um novo padrão da relação Estado/sociedade civil, com fortes implicações para o desenvolvimento de políticas públicas, para a democracia e para o ambiente intelectual e moral. Estes são processos imbricados e interdependentes no seio da totalidade concreta, que é a sociedade burguesa contemporânea, mas que vou abordar separadamente para efeito didático.

1.1. Mudanças no mundo da produção: as tecnologias e a nova condição do trabalho e de sua reprodução

No mundo da produção e do trabalho difundiu-se nos anos 1980 o modelo japonês, o ohnismo/toyotismo, fundado nas possibilidades abertas pela introdução de um novo padrão tecnológico: a revolução microeletrônica. É a chamada produção flexível, que altera o padrão rígido fordista. Este supunha a linha de montagem de base técnica eletromecânica, com uma estrutura organizacional hierarquizada e uma relação salarial que apontava para a produção em massa, para um consumo de massa, viabilizada por meio dos acordos coletivos de trabalho que definiam certa distribuição dos ganhos de produtividade do trabalho (Aglietta, 1991 e Harvey, 1993). Esta relação salarial também pressupunha um sistema de proteção social a partir do Estado.

Por sua vez, a nova base técnica é caracterizada pela microeletrônica digital, miniaturizada. A introdução dessa tecnologia na produção parte das pesquisas de um engenheiro — John Persons — da Força Aérea dos EUA (1949), que vislumbrou a possibilidade de acoplar o computador à máquina-ferramenta universal, introduzindo o controle numérico (Tauille, 1988). Criou-se, então, a máquina-ferramenta de controle numérico, que passa a ser progressivamente um novo núcleo de convergência tecnológica, até porque sua utilização é de importância estratégica no setor de bens

de capital, aumentando a precisão na produção.⁷ Dessa forma, cria-se a possibilidade de automatizar a produção em pequena escala, quebrando ainda mais o saber/poder do trabalhador na operação das máquinas — o programador de controle numérico computadorizado passa a ser uma força de trabalho de importância estratégica nas empresas.⁸ Nessa nova forma produtiva, forja-se uma articulação entre descentralização produtiva e avanço tecnológico por meio da rede microeletrônica de informações. Contrapondo-se à verticalização fordista, a produção flexível é, em geral, horizontalizada/descentralizada. Trata-se de terceirizar e subcontratar uma rede de pequenas/médias empresas, muitas vezes até com perfil semi-artesanal e familiar.

A produção é conduzida pela demanda e sustenta-se na existência do estoque mínimo. O *just in time* e o *kanban* asseguram o controle de qualidade e o estoque. Um pequeno grupo de trabalhadores multifuncionais ou polivalentes opera a ilha de máquinas automatizadas, num processo de trabalho intensificado, que diminui ainda mais a *porosidade* no trabalho e o desperdício. Diminui também a hierarquia no chão de fábrica, já que o *grupo* assume o papel de controle e chefia. Acrescente-se a pressão patronal pelo sindicalismo por empresa — *sindicalismo de envolvimento* — e a pressão do desemprego, e tem-se o caldo de cultura para a adesão às novas regras (Coriat, 1994).

Como o toyotismo é baseado em tecnologias capital-intensivas e poupadoras de mão-de-obra, os efeitos sobre a força de trabalho têm sido devastadores, caracterizando um processo de *heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora* (Antunes, 1995; Mattoso, 1996). Observam-se os fenômenos do aprofundamento do *desemprego estrutural*, da rá-

7. Entre 1949 e 1959, o governo americano investiu cerca de 62 milhões de dólares em pesquisas a partir da idéia de Persons, e a Força Aérea americana “exerceu um papel fundamental para o início de seu [máquinas ferramentas de controle numérico] processo de difusão” (Tauille, 1988: 35). Desde então, lançada a base da nova convergência tecnológica, os desenvolvimentos estão mais sofisticados, especialmente com a expansão das descobertas e conhecimentos no campo da informática e sua aplicação na produção.

8. O já referido trabalho de Tauille (1988) é fundamental para uma compreensão da difusão da nova base técnica e suas implicações para os trabalhadores, para a competitividade das empresas e para as relações entre os países no mercado mundial. Por exemplo, a “vantagem comparativa” de possuir uma mão-de-obra barata, atribuída aos países de Terceiro Mundo, e que atraiu as empresas em busca de uma maior rentabilidade do capital, diminui sensivelmente com a introdução da nova base técnica, que prescinde de uma força de trabalho desqualificada e em número grande (1988: 43).

pida destruição e reconstrução de habilidades, da perda salarial e do retrocesso da luta sindical.

Para Harvey (1993), há uma radical reestruturação do mercado de trabalho, no sentido de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis e da redução do emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Ele vê um grupo de trabalhadores *centrais*, que têm maior estabilidade, perspectivas de promoção e reciclagem, bons salários diretos e indiretos, e se caracterizam por sua adaptabilidade, flexibilidade e mobilidade. Na *periferia*, Harvey identifica outros dois grandes grupos de trabalhadores. No primeiro, tem-se os *empregados em tempo integral* com habilidades menos especializadas, que possuem alta taxa de rotatividade e menos oportunidades que os trabalhadores centrais. No segundo, e este grupo é o que mais tem crescido, tem-se os *trabalhadores em tempo parcial*, casuais, com contrato por tempo determinado e sem direitos assegurados: são os subcontratados.

Para Antunes (1995), esta configuração do mercado de trabalho revela uma processualidade contraditória que combina a desproletarização do trabalho industrial fabril com uma subproletarização (com aumento do assalariamento). Impõe-se, então, simultaneamente, uma tendência à qualificação e intelectualização dos trabalhadores centrais, de maneira paralela a desespecialização e desqualificação da maioria deste “subproletariado moderno”, embora existam também formas de inserção “por conta própria” fortemente especializadas.

Estes processos abalam as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora e vêm desencadeando mudanças nas formas de sua organização política. Presencia-se a queda dos índices de sindicalização, bem como a dificuldade de organizar politicamente o *subproletariado moderno*. Há óbices em tecer alianças entre os segmentos *centrais* e os *precarizados/subcontratados* — e o que dizer dos definitivamente expulsos, *inempregáveis*, *desfiliados* e expostos à *vulnerabilidade de massas*, segundo Castel (1998)?⁹ Nesse con-

9. Em Castel (1998) tem-se um estudo histórico-teórico importante e denso, que não se afasta — como muitos intelectuais franceses — da referência ao trabalho e à sociedade salarial, para caracterizar a questão social. No entanto, penso que seria mais rigoroso não utilizar a idéia de uma “nova questão social”, muitas vezes derivada do raciocínio de Castel, mas referirmo-nos a novas expressões da questão social, já que esta é tão velha quanto o mundo do capital, cujas contradições são repostas em expressões renovadas. De outro ângulo, penso que as saídas social-democratas reafirmadas ao final do trabalho de Castel são bastante discutíveis, dado o esgotamento deste projeto nos últimos anos, pela pressão das tendências sinalizadas por vários analis-

texto, impõem-se tendências neocorporativas e individualistas. Esses processos apontam para obstáculos na constituição de uma *consciência de classe para si*, minando a solidariedade de classe e enfraquecendo a resistência à reestruturação produtiva. Telles (1994) oferece elementos instigantes para pensar a relação entre a reestruturação produtiva, a reprodução da pobreza e a cidadania, chamando a atenção para a dificuldade de articulação dos sujeitos políticos em função, também, da *fratura de identidades* promovida pela condição de precariedade. A reestruturação produtiva, como sabemos, vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, no corte dos gastos sociais, em deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais — elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência. Assinala-se, então, que o caráter da organização do trabalho na revolução tecnológica em curso é *desagregador da solidariedade de classe e regressivo*.

Hoje, cerca de 6,7% dos trabalhadores da OCDE estão desempregados, o que representa mais de 30 milhões de pessoas (cf. www.oecd.org), bem como há retomada da extração da mais-valia absoluta no setor terceirizado, semi-artesanal e familiar, especialmente na periferia do mundo do capital. Alain Lipietz (1988), numa análise da introdução “capenga” do fordismo no Terceiro Mundo, fala inclusive de uma *taylorização sangüinária*, referindo-se à estratégia da acumulação dos chamados *tigres asiáticos* com sua combinação perversa entre estagnação do poder aquisitivo, extensão da jornada de trabalho e patriarcado, num contexto de reserva inesgotável de força de trabalho, em sua maioria feminina e disponível para as indústrias têxtil e eletrônica.

Husson (1999) acrescenta alguns elementos a mais quanto à fixação dos salários e sua relação com o desemprego, no contexto das brutais políticas econômicas neoliberais. Ele aponta que, entre 1982 e 1994, a parte dos salários no valor acrescentado das empresas baixou de 69% para 60%, enquanto a taxa de desemprego passava de 8% para 12,4% na França. Os dados franceses mostram que a austeridade salarial não gerou empregos, diferente dos supostos fundamentos e argumentos “científicos” do *mainstream*

tas, alguns deles presentes na caracterização do capitalismo contemporâneo que compõe este capítulo. Também é muito polêmica a referência teórica e conceito-chave utilizado em sua análise, de solidariedade social, emprestado de Durkheim. Apesar dessas restrições, é uma obra importante e que merece ser conhecida e discutida, já que avança no conhecimento das mudanças e metamorfoses sociais produzidas no âmbito da reestruturação capitalista em curso.

econômico. As políticas de desindexação dos salários foram justificadas em nome do combate à inflação e, de fato, caiu a parte dos salários junto com a inflação, configurando um verdadeiro bloqueio da progressão dos salários. Para ele, a desvalorização da norma salarial tomou formas variadas: pressão para a baixa dos salários dos jovens contratados a prazo; menor progressão ao longo da carreira; ascenso do emprego temporário com baixos salários. Husson lembra o “teorema” do chanceler alemão conservador Helmut Schmidt, que sintetiza o argumento neoliberal, segundo o qual “os lucros de hoje são os investimentos de amanhã e os empregos de depois de amanhã” (1999: 75), num encadeamento virtuoso, onde o desemprego presente seria um processo de *destruição criadora* e o custo que se teria a pagar por um futuro melhor. No entanto, a retomada da rentabilidade não gerou um nível de investimento verdadeiramente dinâmico, e o emprego foi mais suprimido que criado.

Outro argumento é a competitividade exterior, mas Husson constata o óbvio: que os demais países também praticam a mesma política. Dessa forma, a melhoria do saldo exterior, se dá mais por uma moderação do crescimento do mercado interno, fundada na contenção salarial. Ainda assim, o discurso dominante considera elevado o custo do trabalho e pressiona para que baixem também os salários indiretos, diga-se, os encargos sociais, numa lógica de baixa permanente do custo do trabalho. Para isso, na França e no continente europeu, de maneira geral, tem-se desencadeado medidas a partir dos Estados nacionais — e aí se coloca a perspectiva contra-reformista —, que por vezes enfrentaram a contestação das ruas, a exemplo de baixar em 20% o salário mínimo para os jovens na França. Tais políticas fazem-se em nome da geração de empregos, mas na prática têm apenas segmentado os trabalhadores segundo idade, sexo e nível de qualificação, e fortalecido situações de precariedade. A iniciativa pública, portanto, “legitimou e encorajou um projeto de flexibilização que, em muitos aspectos, é um projeto de desconstrução da relação salarial” (Hussou, 1999: 81).¹⁰

Husson acusa a frivolidade, já anunciada por Marx, de argumentos do tipo: a introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra destrói empregos em um setor, que podem ser absorvidos em outro, sem qualquer

10. Ver-se-á, no último capítulo, que este é um aspecto fundamental da contra-reforma do Estado no Brasil.

garantia de que outros setores possam compensar a perda — “se os houver” (Marx, *apud* Husson, 1999: 83). E recusa como tecnologista a idéia de que possa existir um novo projeto de civilização (capitalista) fundado em uma redução geral da duração do trabalho e num enriquecimento do tempo “libertado”. O argumento de Husson para contestar essa corrente é o de que: na onda longa expansiva houve um crescimento médio de 5,4%, enquanto na depressiva este indicador caiu para 1,9%. A produtividade acompanhou o crescimento, caindo de 5,3% para 2,1%. Ou seja, não se verificou um ascenso vertiginoso da produtividade do trabalho com a introdução das novas tecnologias e formas de organização do trabalho. De forma que a principal determinante do desemprego é a de que as taxas de crescimento têm sido insuficientes para absorver o *stock* de desempregados acumulado desde o início dos anos 1970, porque o capital se dirige para a rentabilidade, e não para o atendimento de necessidades. Mais precisamente, o capitalismo prefere não produzir a produzir sem lucro. Portanto, para Husson, o mecanismo essencial do desemprego é “a divergência crescente que se instala entre a estrutura da procura social e as exigências de rentabilidade” (1999: 89). E a superação deste quadro não se realiza nesta sociedade, ainda que a redução da jornada de trabalho seja uma luta tática importante.

Um outro aspecto fundamental na relação com os trabalhadores em torno dos salários é a ligação maniqueísta entre aumento de salários, alta de preços e inflação. Com ela, é construída uma verdadeira chantagem permanente nas mesas de negociação em torno de que o aumento de salário promoveria a volta dos índices altos de inflação, bem como estimularia o desemprego. As negociações salariais no setor público orientam o setor privado e estão fundadas nessa dupla ameaça. Para Montes, o ataque aos salários — incluindo as regulamentações de patamares mínimos — não tem associação direta com as duas ordens de ameaças. Na verdade, isso apenas corrobora a importância do custo do trabalho para a rentabilidade do capital (1996: 72-5).

Mattoso (1996) realiza uma síntese das mudanças contemporâneas no mundo do trabalho, quando aponta que a reestruturação produtiva em curso encerra uma antinomia entre seguridade e insegurança, na passagem para esse novo regime de acumulação, que é acompanhado por um novo modo de regulamentação. Dentro disso, a insegurança se manifesta em algumas formas: *insegurança no mercado de trabalho*, com a não-prioridade ao pleno emprego como objetivo de governo, a destruição de empregos em plena expansão econômica, sobretudo no setor industrial, e a ampliação da desi-

gualdade entre os desempregados em função da redução dos benefícios sociais; *insegurança no emprego*, que implica a redução da estabilidade e subcontratação (formas atípicas ou contingenciais de emprego, diga-se, precárias); *insegurança na renda*, por meio da flexibilização dos salários, da diluição da relação entre salário e produtividade, da queda nos gastos sociais e fiscais das empresas, da deterioração da distribuição de renda, e, por fim, do crescimento da pobreza; *insegurança na contratação do trabalho* pela expansão do dualismo no mercado de trabalho e pelo risco da explosão jurídica do contrato coletivo de trabalho; e, por fim, *insegurança na representação do trabalho*, com a redução dos níveis de sindicalização.

Todas essas mudanças e essa insegurança generalizada expressam, na verdade, a agressividade do capital no sentido de aumentar a produtividade do trabalho, tendo em vista recuperar sua rentabilidade golpeada com o já referido esgotamento do ciclo anterior e sem o parâmetro das necessidades sociais das maiorias. A palavra de ordem da reestruturação produtiva — flexibilidade —, que remete Harvey (1993) a caracterizar o período como acumulação flexível, diz respeito a alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo custo, ou seja, um processo de superexploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e com os efeitos de barbarização da vida social daí decorrentes, sintetizados em Mattoso como inseguranças. Então, pode-se concluir, trata-se de uma reação insuficiente no sentido de promover crescimento e algum nível de redistribuição de renda e acesso ao consumo para as maiorias — o que leva a uma crise de legitimidade do capitalismo e a um retrocesso nas conquistas democráticas. Mas é suficiente para resgatar a rentabilidade do capital, por sobre a derrota dos trabalhadores fundada na insegurança. Uma derrota desigual, *porque mediada pela história dos vários países, o que requer uma análise concreta das formações sociais concretas, diga-se, de como incorporam essas transformações* —, se considerarmos o novo espaço econômico e geopolítico produzido pela mundialização do capital, que se combina à reestruturação produtiva.

1.2. Livre-cambismo universal: as características e conseqüências da mundialização do capital

As metamorfoses do mundo do trabalho são acompanhadas pelo que alguns denominam de *globalização*, mas que, incorporando a contribuição

de Chesnais (1996 e 1997), pode ser apontado como processo de *mundialização* da economia, de constituição de um *regime de acumulação mundial predominantemente financeiro*, ou melhor, “uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (1996: 13).¹¹

As perguntas iniciais de Chesnais (1996) são: a que os países “têm” que se “adaptar”? À grande mobilidade do capital adquirida com as novas tecnologias? Às imposições do capital financeiro, as quais sinalizam aos governos a política econômica a seguir, sob a chantagem em torno da desvalorização das moedas e do retorno da inflação? Às novas requisições da reestruturação produtiva para a relação capital/trabalho, com suas flexibilidades? À busca de vantagens comparativas num mercado para poucos e para que não ocorra uma verdadeira *desconexão forçada* do intercâmbio comercial generalizado e um processo de marginalização irreversível de regiões inteiras?

De outro ângulo, Husson (1999) afirma que o capitalismo triunfou para afundar-se no marasmo, perdendo sua legitimidade como fator de progresso, perdendo seu dinamismo (em que pesem as opiniões formadas em contrário). Para fazer esse balanço provocativo, Husson propõe um quadro teórico crítico e rigoroso, colocando em questão os processos em curso e recusando as saídas que buscam ser compatíveis com a economia mundializada, em vez de vislumbrar um outro funcionamento da economia. Chesnais e Husson são autores críticos, mas com uma interlocução diferenciada no campo da tradição marxista, o que será explicitado ao longo da argumentação que segue. Mas a contribuição de ambos é imprescindível para compreender a lógica e a dinâmica da mundialização do capitalismo contemporâneo. Vejamos.

O estudo de Chesnais parte do salto de crescimento a partir da década de 1980, e com uma nova qualidade, do *investimento externo direto* (IED). Há no seu raciocínio, o suposto de que a economia mundial é fortemente hierarquizada e articulada do ponto de vista econômico e político, ou seja, desigual e combinada, como na formulação de Trotsky. A importância de

11. Chesnais atribui o termo globalização às *business management schools* norte-americanas, que identificam este processo como sendo benéfico e necessário, ao qual todas as economias devem adaptar-se. Nesta ótica, a liberalização e a desregulamentação da economia são processos naturais. Tendo em vista a falta de nitidez conceitual e o conteúdo ideológico e pouco crítico dessa expressão bastante utilizada na mídia, Chesnais propõe uma outra abordagem (1996).

analisar o IED justifica-se por algumas características desse tipo de investimento: não tem liquidez imediata, ou seja, não se reduz a uma transação pontual; dá origem a fluxos de produção, comércio e repatriação de lucros de mais largo prazo; implica transferências patrimoniais e de poder econômico; e revela o componente estratégico das decisões de investimento das companhias, que passam por esvaziar concorrentes locais, sugar tecnologias, antecipar ações e reações de concorrentes e explorar os assalariados, evidentemente.

Chesnais identifica um crescimento do IED no setor de serviços. É possível perceber uma participação alta de IED nos serviços financeiros, especialmente bancos e seguros. Fala também do crescimento do *investimento internacional cruzado*. Trata-se da supremacia das aquisições e fusões sobre investimentos criadores de novas capacidades. Dentro disso, sinaliza o caráter *intratriádico*¹² do IED, que se concentrou em 80,8% nos países da OCDE ao final da década de 1980. Chesnais aponta um verdadeiro *boom* de IED *entre* os países industrializados, que corresponde a um decréscimo da recepção de IED por parte dos países em desenvolvimento — caiu de 30,6%, em 1967, para 19,2% em 1989 (1996: 65). Outra constatação é a de que um pequeno número de países do mundo em desenvolvimento — dezoito, e entre eles o Brasil — figurou pelo menos um ano neste fluxo. O que revela uma enorme concentração do IED, que inclui poucos no circuito do investimento mundial.¹³ Esse *foco intratriádico* se repete na análise dos fluxos co-

12. Por tríade, entenda-se os grandes pólos da economia mundial, que se constituem em torno dos EUA, Alemanha e Japão.

13. Segundo Ramonet, dentro desse decréscimo do investimento nos países do mundo em desenvolvimento, a situação africana é dramática: “Por exemplo, no decorrer dos anos 1980, dez países em desenvolvimento receberam três quartas partes dos investimentos efetuados nos países do sul; nenhum deles era africano” (1998: 112). O editor do crítico jornal *Le Monde Diplomatique* faz uma análise do agravamento das condições sociais, econômicas e políticas do continente africano produzido pela mundialização em combinação com elementos regionais, que delineiam uma verdadeira catástrofe (1998: 111-7). Uma expressão concreta é o impacto da epidemia de Aids na África Sub-Sahariana, certamente a região mais pobre do planeta. Uma matéria de dezoito páginas da revista *Time* (fevereiro de 2001: 10-29) mostra os seguintes e aterradores números: 17 milhões de pessoas, das quais 3,7 são crianças, já morreram; 12 milhões de crianças estão órfãs hoje em função da epidemia; 8,8% da população africana está infectada (cerca de 25,3 milhões de pessoas). A matéria enfatiza as razões socioculturais do desenvolvimento rápido e devastador da epidemia, que não podem ser desprezados, principalmente tratando-se de uma doença sexualmente transmissível. Contudo, vêm à tona, também, as questões relacionadas ao desenvolvimento, à luta pela sobrevivência que obriga a um deslocamento constante dos trabalhadores na região, dentre outras questões.

merciais e dos acordos de cooperação tecnológica, onde a concentração e marginalização também se impõem de forma contundente, como se verá adiante.

Como o comércio mundial e a capacidade de investimento estão associados às transnacionais, Chesnais detém-se em uma caracterização das mudanças em suas estrutura e movimentos estratégicos. Ele incorpora o estudo de Michalet (1985, apud Chesnais, 1996) que estabelece três tipos de estratégias empresariais em nível internacional e anuncia um quarto. São elas: *estratégias de provisionamento*, características de transnacionais do setor primário, especializadas em integração vertical a partir de recursos situados no Terceiro Mundo; *estratégias de mercado*, com o estabelecimento de filiais intermediárias (também chamado de enfoque multidoméstico); *estratégias de produção racionalizada*, diga-se, integrada internacionalmente, com o estabelecimento de filiais montadoras; e, por fim, *estratégias tecno-financeiras* das empresas (1996: 75). As multinacionais de novo tipo valorizam seus ativos e vantagens competitivas, saem do seu setor de origem e montam *operações complexas*, combinando essas estratégias tendo em vista, em primeiro lugar, o lucro e, em segundo, crescer e durar. A rentabilidade do capital da empresa não pode basear-se apenas na produção e comercialização próprias, mas tem a ver com sua relação com outras empresas. Daí vêm *novas formas de investimento*, por meio de acordos de cooperação em torno de ativos imateriais (Pesquisa & Desenvolvimento — P&D), participações minoritárias para acompanhar processos de gestão, enfim, investimentos com poucos riscos e muitos ganhos diretos e indiretos para futuros processos de valorização. Outro aspecto em relação às transnacionais é a constituição de um mercado interno *entre* a matriz e as filiais, diga-se, a *internalização* de um conjunto de transações, reforçando as vantagens monopolistas da companhia, em especial no que refere à tecnologia, que fica protegida pelas transações internalizadas. Assim, as grandes companhias reduzem as incertezas, tornando uma verdadeira ironia falar em mercado *livre*...

Segundo Chesnais, a crise poupou os grandes grupos, que se expandiram por meio do IED cruzado e dominado pelas aquisições/fusões, na perspectiva de constituir esse verdadeiro mercado interno às corporações, melhor dizendo, aos oligopólios, forma que a oferta assume em nível mundial. O mercado mundial é um espaço de rivalidade, onde as corporações mantêm uma ambígua relação de dependência e concorrência entre si. A mundialização caracteriza-se por uma enorme concentração da oferta nos setores de alta tecnologia e de produção em escala, a exemplo de: automó-

veis, peças de vidro para automóveis, pneus, processamento de dados, material médico e produtos petroquímicos, principalmente. O processo de formação dos oligopólios aprofundou-se com a abertura dos antigos monopólios nacionais — uma forte requisição do que estou caracterizando como contra-reforma do Estado —, atingidos pelos processos de aquisição e fusões. Ao lado da rivalidade, as grandes corporações desenvolvem uma espécie de *comportamento correspectivo*, conforme já apontavam Baran e Sweezy (1978), no que diz respeito aos preços, e que Chesnais situa como estratégias para fazer frente aos riscos em tempos de mudança tecnológica rápida e radical. Crescem os chamados custos irrecuperáveis a fundo perdido para fazer frente à concorrência, bem como as vantagens dos efeitos dinâmicos de aprendizagem. Estes últimos referem-se a introduzir mais ou menos rápido novas tecnologias no processo produtivo. Em todos esses sentidos, a concentração e a formação de um mercado interno às corporações são vantajosos, já que a informação — considerando que a concorrência se expressa pela busca de rendas tecnológicas, como aponta Mandel (1982)¹⁴ — representa uma variável fundamental na busca de rentabilidade do capital. A teleinformática permite às corporações um gerenciamento internacional eficiente dos custos, investimentos e lucros. Contudo, ao lado da internalização, há a externalização, diga-se, terceirização quando não é rentável internalizar. Mais uma vez a empresa-rede (ex.: Benetton ou Nike), via informática, tem condições de controlar e até internalizar as externalidades, numa quase-integração vertical.

Chesnais afirma que as decisões de localização da produção não são ditadas exclusivamente pelo custo da força de trabalho. Outros critérios entram em jogo, tais como uma maior demanda e o confronto direto com os rivais. Daí a forte tendência de ampliação do comércio e do IED dentro da tríade. Por outro lado, as liberalização e desregulamentação tornam-se vitais para o movimento centrífugo dos oligopólios, recuperando a liberdade de ação, organizando a produção e integrando vantagens, como, por exemplo, os diferenciais de custo da força de trabalho. Os oligopólios exploram

14. Vale dizer que Chesnais não faz nenhuma referência à Mandel nos trabalhos a que tive acesso. Portanto, qualquer relação entre a reflexão dos dois autores é de minha inteira responsabilidade. Mais adiante fica clara sua interlocução crítica com os regulacionistas e uma forte influência de Schumpeter e Keynes, opções teóricas que limitam sua análise que termina por tangenciar a questão da lei do valor, mas não desqualificam suas descobertas advindas de uma pesquisa, sem dúvida, rigorosa dos processos socioeconômicos em andamento.

ao máximo as desigualdades nacionais, inclusive reconstituindo-as. Veja-se essa citação de Michalet (*apud* Chesnais, 1996: 117): “O estabelecimento de um espaço multinacional integrado não significa que as multinacionais eliminem as desigualdades nacionais. Não podem fazê-lo, e não têm interesse de atuarem nesse sentido, [se quiserem continuar a] tirar proveito das diferenças existentes entre os países”. Ou seja, tem-se a afirmação do necessário desenvolvimento desigual como fonte de superlucros e da recriação permanente de um espaço econômico heterogêneo (Mandel, 1982).

Vale, então, a observação de Husson (1994), para quem a mundialização engendra a formação de um mercado unificado com companhias mundializadas, bem como a configuração de uma base planetária de concepção, produção e distribuição de produtos e serviços, inclusive com uma redefinição das especialidades no mercado mundial. A mundialização é para ele um processo contraditório, desigual e assimétrico, intensificado pela revolução tecnológica, sobretudo com a horizontalização das empresas e sua ligação pela rede de informática; e pelo neoliberalismo, cuja essência é o afastamento dos obstáculos à circulação do fluxo de mercadorias e dinheiro, pela via da contra-reforma do Estado. Ela está longe de promover uma homogeneização do espaço econômico, reafirmando a idéia de um desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, cuja maior expressão é a permanente ameaça de crises reais do mercado financeiro, e que atingem diferenciadamente os países, segundo as características de sua inserção no mercado mundial.

Voltando à contribuição de Chesnais, tem-se que a encarniçada concorrência entre os oligopólios dá-se especialmente por meio do controle mundial dos insumos: matérias-primas no Terceiro Mundo e insumos tecnológicos — em geral dentro da tríade. Dada a importância destes últimos e o volume de recursos que envolve o setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das empresas, desenvolvem-se acordos de cooperação técnica. Um terceiro nível de concorrência dá-se por meio da produção e da comercialização, buscando as vantagens das desigualdades entre os países. No que refere às vantagens de país, os EUA são o melhor exemplo — pelas dimensões do seu mercado financeiro, por sua força militar, por sua competência diplomática nos acordos comerciais e por sua força cultural, a exemplo da língua-veículo que é o inglês, predominando nas telecomunicações. Os países que não contam com esses elementos, por seu turno, têm que possuir algumas condições elementares para uma competitividade estrutural: um setor forte e competitivo de bens de capital, bancos que dão sustentação à

inovação das empresas do país, infra-estrutura de serviços públicos e qualificação de mão-de-obra, bem como investimentos públicos em pesquisa — a ação do Estado, que não se tornou prescindível. Pelo contrário, esta última é um componente de *atratividade* de um país, considerando a concorrência entre os locais para trazer investimentos estrangeiros.

Analisando os investimentos dos grupos franceses, Chesnais constata que, no caso dos grupos que terceirizam atividades, as decisões de *deslocalização* associam-se ainda ao custo da força de trabalho. Nas indústrias tecnologicamente avançadas, além desse, são fatores sensivelmente diferentes que influem nessas decisões, a exemplo do controle sobre as redes de distribuição, em especial dentro da tríade. As políticas de diferenciação da oferta e a introdução da produção flexível impuseram uma maior proximidade entre produção e consumidores, o que também determina a localização. Assim, vem predominando cada vez mais a produção de “fluxo tenso”, com terceirização nas proximidades, e voltada para um “mercado único” continental. O conceito de *deslocalização*, sempre associado a um IED, tem recebido algumas extensões. A mais importante diz respeito a deslocalizações sem IED, tirando proveito da liberalização do comércio exterior e da telemática e beneficiando-se dos baixos custos salariais e da ausência de legislação social.

Esta interessante caracterização de Chesnais sobre os movimentos atuais das transnacionais, aqui sintetizada, é complementada por algumas considerações fundamentais sobre a questão da tecnologia. Estas são as despesas industriais mais concentradas do mundo, por sua dimensão estratégica nas relações de concorrência e cooperação entre as empresas rivais.¹⁵ Aqui, Chesnais confirma, no meu entendimento, a assertiva mandeliana da busca de superlucros por meio da concorrência tecnológica (Mandel, 1982 e Behring, 1998 e 2002). Nesse território fazem-se acordos de cooperação, alianças estratégicas das empresas entre si, e também entre Estados e empresas, fundamentalmente na tríade. Chesnais observa que a subvenção pública da pesquisa é encarada como uma questão de soberania, e muitas inovações tecnológicas advêm da indústria bélica — como se viu no caso do controle numérico referido no item anterior. Assim, se são estratégicos os laboratórios das corporações, o investimento público e a sustentação dos

15. Montes aponta que os países industrializados e suas empresas contam com cerca de 35 milhões de patentes. As patentes do mundo subdesenvolvido representam menos de 1% em nível mundial e, destas, apenas 4% são utilizadas nos primeiros (1996: 104).

Estados nacionais dos países industrializados também o são. No espaço privado, há uma tendência de concentração das atividades de P&D das empresas. Existe algum nível de deslocalização dos laboratórios, em geral para adaptação de produtos ao mercado local, mas a concentração é muito grande.

Há uma tendência das empresas de constituírem laboratórios semi-autônomos por produto, articulados e controlados via recursos informáticos. A disputa tecnológica encerra grande rivalidade entre os oligopólios, que exercitam nesse campo estratégias de “invasão recíproca”, tendo em vista a sucção de tecnologias, seja por acordos desiguais, seja por meios suspeitos e ilícitos. A questão das patentes também se torna estratégica, ocupando a OMC (Organização Mundial do Comércio) com inúmeras regulamentações (regulamentam quando é de interesse!) impostas pelas grandes corporações, no sentido de impedir políticas tecnológicas independentes por parte dos países, e o Brasil é um dos que tiveram que se submeter e acertar o passo. A vontade política das corporações — aliadas a seus Estados nacionais de origem, que regulamentam as reservas de mercado — é criar barreiras de entrada à produção independente. De outro ângulo, as alianças estratégicas visam partilhar custos, diminuir o tempo de inovação e “invadir” praças alheias.

Se este quadro de concentração no campo das tecnologias visa “a formação de barreiras de entrada perante todas as outras companhias, o aparecimento de situações de ‘ferrolho’ tecnológico e a determinação do rumo das trajetórias tecnológicas, em proveito de um número muito pequeno de intervenientes” (Chesnais, 1996: 179), isso não significa um superimperialismo estável, baseado em oligopólios que têm relações harmônicas e cooperativas. Há uma *tensão permanente entre cooperação e concorrência*, com um precário equilíbrio entre as corporações, em função da ameaça permanente de prevalência de uns sobre os outros. Para as empresas menores resta fazer acordos e alianças em condição de subalternidade, mas que podem gerar, muito eventualmente, alguma mobilidade.

O autor volta a sua atenção para o já referido e gritante crescimento do IED no setor de serviços. Entre 1981 e 1990, este cresceu a uma taxa média anual de 14,9%, sendo 50,1% do IED total, em 1990. Os serviços financeiros ocupam nessas cifras um lugar de destaque, ao lado de seguros, serviços imobiliários e controle das grandes distribuidoras. Mas outro elemento que se destaca aqui é a aquisição de grandes infra-estruturas de serviços públicos nos processos de privatização, a partir da liberalização e

desregulamentação engendradas sob a égide do neoliberalismo, no contexto de contra-reformas do Estado nos espaços nacionais. Chesnais fala da dificuldade conceitual e prática de contrapor hoje fronteiras entre serviços e indústria, em função da diversificação dessas últimas na direção dos serviços, estes com papel estratégico na acumulação. Os *transnacional integral conglomerates* buscam: o domínio sobre aspectos complementares dos quais depende parte da rentabilidade de suas operações; e o controle do movimento total de valorização do capital — questão da realização — com investimentos no processo de comercialização. O controle do circuito do capital, evitando riscos, está relacionado a investimentos em seguros e outros investimentos financeiros por meio da criação de empresas bancárias, de seguros e de publicidade, internalizando o circuito. As companhias transnacionais de serviços, tendo em vista a particularidade do setor, que necessita estar próximo e obter confiabilidade por parte dos seus consumidores, encontram dificuldades e tensões internas no seu processo de internacionalização, o que força a uma grande inventividade no campo das estratégias, com destaque para as franquias. Para Chesnais, a revolução multimídia colocou o setor de serviços de telecomunicações como a “menina dos olhos” quanto a novos territórios de valorização do capital, impulsionados pelas privatizações e desregulamentações.

Sobre o comércio exterior, Chesnais identifica seu crescimento com as seguintes características: formação de zonas de comércio mais densas em torno dos pólos da tríade (regionalização); polarização do intercâmbio, com crescente marginalização dos países excluídos da regionalização; modelação do intercâmbio pelas tendências do IED: comércio intracorporativo, exportações das filiais, terceirização transfronteiras; crescente anulação da distinção entre doméstico e estrangeiro nos mercados internos, em função da liberalização do comércio exterior; substituição do paradigma das vantagens comparativas, com ganhos para todos,¹⁶ pelo de concorrência internacional com ganhadores e perdedores (1996: 214-5).

Nesse contexto, os países do chamado Terceiro Mundo acumulam perdas e desvantagens. Há um desequilíbrio enorme dos fluxos comerciais entre Norte e Sul e uma debilidade grande dos fluxos Sul — Sul, em comparação

16. Para Montes, o neoliberalismo procura sustentar, como ideologia, a teoria clássica das vantagens comparativas, mesmo que esta seja infirmada pelos fatos que mostram quem perde e quem ganha nas relações comerciais internacionais. Dentro disso, seus ideólogos justificam até as assimetrias norte — sul como sendo positivas (1996: 53-60).

com o vigoroso fluxo Norte — Norte. E não há apenas um Terceiro Mundo, mas diferenciações grandes entre os chamados “novos países industrializados” asiáticos, os países “em desenvolvimento” e os demais. Os países “em desenvolvimento”, onde se inclui o Brasil, viram sua participação no comércio mundial diminuir de 22,9% para 15,4%, entre 1966 e 1987 (Chesnais, 1996: 219). Este resultado tem relação com a questão do endividamento e as políticas de ajuste estrutural desenvolvidas ao longo dos anos 1980, com continuação nos 1990, que implicaram para muitos uma desconexão forçada do circuito do mercado mundial, determinada pelo IED e não pelo comércio mundial. O IED destrói tipos de intercâmbio e constrói outros, em novas condições: entre as filiais. Isto também porque os Estados atuam de forma diferenciada na garantia da soberania e até do fortalecimento pragmático das empresas de origem nacional, dependendo de sua condição central ou periférica no processo de mundialização e, acrescento, opções político-econômicas. As conseqüências para os países “em desenvolvimento”, submetidos ao ajuste neoliberal e sem desenvolver políticas de proteção, são apontadas pelo autor. Observemos:

“[...] predominam os fluxos provenientes da matriz e do país de origem desta para as filiais. Isto é conseqüência direta da liberalização do comércio exterior. As conseqüências são bem conhecidas: aumento das importações e déficit comercial dos países em desenvolvimento, redução dos suprimentos locais, acarretando o fechamento de empresas e elevação do desemprego, e enfraquecimento do setor industrial, onde houver algum desenvolvimento industrializante.” (Chesnais, 1996: 228)

Por fim, o autor destaca a esfera financeira como o posto avançado da mundialização do capital. A relação entre as esferas produtiva e financeira expressa-se sob novas formas. Os grupos industriais dispensam intermediários financeiros e ampliam suas operações de natureza financeira. Embora os capitais financeiros tenham nascido e continuem nascendo, segundo o autor, da esfera produtiva — a esfera financeira por si não cria nada —, ela é uma arena onde se desenvolvem estratégias para extrair parte da renda, num jogo onde alguém ganha e alguém perde. Há, hoje, um enorme, complexo e intrincado volume de transações, configurando longas cadeias de operações de créditos e débitos, envolvendo bancos, fundos de pensão, fundos mútuos e instituições especializadas. Essas operações têm uma autonomia relativa em relação à esfera produtiva e envolvem ativos maiores do que os PIB dos países da OCDE somados. Há efetivas transferências

de riqueza — punção sobre os lucros industriais e serviços da dívida pública (punção de impostos) — para a esfera financeira, mas há também ativos cujo “valor” é largamente fictício e que se nutrem das transferências realizadas anteriormente (ou previsões arriscadas de transferências futuras). O fato é que existe *uma hipertrofia das operações financeiras*, cujos fluxos são quatro vezes maiores que os do comércio exterior e cerca de três vezes maiores que os IED. O lucro dos banqueiros é uma retenção sobre a mais-valia, assegurada pelas taxas de juros, processo que ganhou uma dimensão muito maior no contexto da mundialização.

A partir do fim do sistema de Breton Woods, em 1971, por iniciativa unilateral dos EUA no sentido da inconversibilidade do dólar em ouro, estimulando os câmbios flexíveis, para financiar sua dívida pública, o mercado de câmbio e os ativos financeiros imbricaram-se, iniciando uma primeira etapa da mundialização financeira.¹⁷ Aquele, ao lado do “mercado de derivados”, foi adquirindo importância fundamental. A queda da rentabilidade do capital industrial, em função da virada do ciclo pontuada por Mandel, gerou liquidez de capitais que vão buscar valorizar-se na esfera financeira, no mercado interbancário, que cresceu de cerca de duzentos bancos para milhares de instituições, ainda que haja cerca de cinquenta maiores oligopólios. Dentro dessa punção de renda e riqueza, Chesnais questiona a natureza do endividamento dos países do Terceiro Mundo, bem como a resposta à crise de 1982, que impôs um fluxo de capital em sentido contrário, acompanhado pelas políticas de liberalização e desregulamentação, bem como das privatizações, quando não existia risco de *crash* bancário internacional em função das dívidas. Um comportamento basicamente fundado na agiotagem e desconectado de compromissos e necessidades dos países devedores.

Pouco antes da crise da dívida de 1982, Chesnais identifica o início de uma segunda etapa da mundialização financeira. Os governos dos países industrializados financiaram suas dívidas e praticaram sobrevalorizações cambiais e taxas de juros positivas. Os grandes fundos de pensão e mútuos norte-americanos, ingleses e japoneses, sobretudo, beneficiaram-se bastante desse processo, tornando-se atores decisivos da mundialização financeiri-

17. Sobre as razões da decisão unilateral norte-americana de impor os câmbios flutuantes, extinguindo a paridade fixa entre o dólar e o ouro e entre o dólar e as outras moedas, num verdadeiro calote nos que acreditaram em Bretton Woods, ver “A crise da onda longa”, em Kucinski e Branford (1987).

ra. E os demais países passaram a acompanhar esses movimentos, tendo em vista atrair capitais numa espécie de efeito de contágio.

Chesnais distingue três processos no âmbito da mundialização financeira, ainda que reconheça seu entrelaçamento: a desregulamentação monetária e financeira, a desintermediação e a abertura dos mercados financeiros internacionais. O primeiro implicou uma quase perda total de controle por parte dos Bancos Centrais sobre as taxas de juros. Os operadores passaram a comandar e impor tendências, diminuindo a margem de manobra das autoridades monetárias. Além disso, foram gerados, com a desregulamentação, “novos produtos” financeiros, com o objetivo de gerenciar a instabilidade das taxas de juros e de câmbio, dando garantias aos operadores contra as incertezas. A desintermediação é a satisfação de necessidades de natureza financeira por fora das instituições tradicionais, com a transferência de fundos de poupança para fundos de maior rentabilidade. A abertura diz respeito à quebra das barreiras internas e das que separam os mercados nacionais dos externos, no sentido de tornar atrativos os títulos públicos e privados de determinado país.

A etapa mais recente da mundialização financeira incorpora os mercados emergentes, que são pequenos mercados bolsistas que mobilizam cerca de 15% dos capitais mundiais. Nessa ciranda de credores e devedores públicos e privados são introduzidas operações de alto risco, no mercado secundário, que envolvem, por exemplo, os chamados novos produtos financeiros, dentre os quais os chamados derivativos. As crises e as ameaças de pânico bancário, em função da quebra de elos frágeis dessa cadeia de credores, devedores e produtos financeiros de natureza fictícia, dão a dimensão dos estragos que a mundialização financeira tem causado e poderá causar.

Embora permaneça válida a distinção entre capital industrial, que se valoriza a partir da maximização da produtividade do trabalho e capital bancário, remunerado pelos juros, os grupos industriais incorporam ativamente ambas as dimensões da mundialização do capital, com forte interpenetração entre elas, bem como tensões internas entre os “produtivistas” e os “financeiros” na gestão das empresas, o que, acrescento, tende a se reproduzir entre os quadros das tecnocracias públicas. Existem formas de internalização de um fluxo financeiro entre a matriz e as filiais, a criação de bancos de empresa, ou aquisição/fusão de/com bancos já existentes, tendo em vista gerenciar o caixa e financiar a expansão do grupo.

A liberação do capitalismo das regras instituídas no breve interregno entre a Segunda Guerra e o fim de Breton Woods: este é o significado da

mundialização do capital para Chesnais. Ele critica os regulacionistas por darem pouca importância às determinações internacionais que colocam em xeque a regulação fordista. Por exemplo, um crescimento do IED maior que os investimentos domésticos, em função da busca pela rentabilidade do capital, que diminuiu com a saturação da demanda de bens de consumo durável, com o poder de barganha dos trabalhadores no pacto fordista e sua contestação das deslocalizações. Com esse movimento, as corporações contribuíram para um enfraquecimento fiscal dos Estados nacionais, diminuindo sua capacidade de regulação nos moldes do *Welfare State*. Na periferia do mundo do capital, a condição de endividamento agrava a situação de países que sequer viveram plenamente a regulação fordista-keynesiana. Assim, a mundialização atinge três formas institucionais¹⁸ de maneira contundente: os mecanismos de gestão da relação salarial; o mercado como gestor da moeda; a redução da capacidade de intervenção dos Estados. Chesnais sublinha o fato de que se houve aumento da rentabilidade do capital, não houve crescimento. O desemprego estrutural, o aumento das desigualdades de renda e regionais, e as ameaças de crise financeira levam à constatação de *um contexto de depressão econômica longa*, não em sentido mandeliano, mas em sentido schumpeteriano, segundo o autor. Os processos trabalhados ao longo do seu raciocínio, segundo ele, exercem um efeito depressivo sobre a acumulação. A busca incessante pela diminuição de custos e sua pressão para o desemprego e a desproteção, geram impactos na demanda efetiva, seja no consumo doméstico dos trabalhadores em queda, seja via crescimento das atividades rentistas, ou diminuição das despesas públicas. Numa nítida abordagem keynesiana, Chesnais constata o enfraquecimento da propensão para consumir, que se confirma pela enorme seletividade na localização do investimento, que com decisões em outra direção poderiam gerar contratendências de crescimento sustentado. A diminuição da capacidade de ação do Estado dificulta muito que os investidores enxerguem para além do imediato no mercado mundializado.

Portanto, para Chesnais, o agravamento das taxas de exploração engendrado pela reestruturação produtiva deve ser considerado, mas é um elemento menos decisivo no seu raciocínio. A característica fundamental

18. A linguagem de Chesnais é a da Escola da Regulação, ainda que com algumas críticas. Uma síntese do texto fundador e algumas idéias dessa corrente do pensamento econômico, que mantém vínculos com a tradição marxista, pode ser encontrada em Behring, 1998 (Capítulo 4) e, sobretudo, em Bruno (1997).

desse novos tempos do capital é sua ordenação pelas “operações e escolhas de formas de capital financeiro mais concentradas e centralizadas do que em qualquer período anterior do capitalismo” (1997: 21). Para compreender os processos em curso faz-se necessário, para ele, desvendar as determinações políticas e econômicas que delineiam *as escolhas de investimento do capital*, diga-se, a seletividade que hoje se exerce de forma brutalmente livre, considerada a hierarquia da economia-mundo. A mundialização do capital se inicia, em síntese, com a ascensão do que ele chama de “forças políticas anti-sociais” nos países da OCDE, referindo-se à Thatcher, Köhl e Reagan, na virada da década de 1970 para a de 1980, iniciando processos de liberalização, desregulamentação e privatização. A supressão unilateral do sistema Breton Woods pelos EUA foi estratégica nesse trânsito para a contra-revolução conservadora. Diferente do difundido mito do fim do Estado-nação, a mundialização acentua a hierarquia entre os países, na qual os EUA têm condição confortável de um ponto de vista militar¹⁹ e, sobretudo, do ângulo financeiro. Tal posição permitiu aos EUA impor — com o apoio de outros países —, via agências multilaterais (Banco Mundial e FMI), ajustes estruturais privatizantes e desregulamentadores nos países mais fracos, processo este cuja conclusão deveria se dar na “Rodada do Milênio” de 1999, em Seattle,²⁰ na reunião da Organização Mundial do Co-

19. Supremacia militar e tecnológica cuja maior demonstração foi a Guerra do Golfo. Segundo Ramonet “Se se considera o número de vítimas militares, dos dois campos, nesse conflito — cerca de 100.000 soldados iraquianos para 115 americanos — a relação (1 para mil) é única na história militar do mundo” (1998: 110). A atual “guerra contra o terrorismo” segue já para cifras semelhantes, que poderão se multiplicar, caso os números da inominável invasão no Iraque por tropas americanas e inglesas sejam divulgados.

20. Tem havido, desde 1998, reações contundentes aos acordos da OMC e suas implicações regressivas sobre a maioria da população do mundo, bem como à desenfreada especulação financeira. Criou-se a Attac (Associação pela Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos), uma articulação mundial que participa da organização de mobilizações contra a mundialização, inclusive da organização do Fórum Social Mundial. Estas manifestações muitas vezes adquiriram um perfil bastante radicalizado nas formas de luta e demonstração; e também contam com uma composição social bastante interessante, reunindo dos sindicatos aos ecologistas e o movimento feminista. Com isso, Seattle, longe de ser o momento de comemoração do triunfo do capital, ganhou as manchetes dos jornais em função dos protestos. Depois veio a reunião de Washington e, em seguida, de Praga, onde o fim da reunião foi antecipado pela mobilização. Em Praga, faixas e cartazes diziam que “o mundo não está à venda” e a manifestação tornou-se uma batalha com a polícia que teve o saldo de mais de cem feridos (*O Globo*, 27/9/2000 e Sader, 2000). Ao lado destas, houve a Marcha Mundial das Mulheres, denunciando a feminização da pobreza e pressionando as agências multilaterais, com atos políticos em todo o mundo e que culminaram

mércio. Assim, “as formas atuais de ‘adesão’ exigem dos governos uma aplicação cada vez mais estrita não só de uma abordagem comum à liberalização e à desregulamentação, mas também de regras únicas, relativas à política monetária e fiscal e à relação salarial” (Chesnais, 1997: 27). Para tanto, generaliza-se uma política de defesa do capital de empréstimo, com taxas de juros positivas e inflação zero, combinada a uma política fiscal que visa aliviar a carga fiscal sobre o capital, transferindo-a para os rendimentos do trabalho: o receituário da contra-reforma brasileira dos anos 1990.

O período é marcado por uma mudança de propriedade do capital, e não pela criação de novos meios de produção, o que se confirma, como será visto, no caso brasileiro. A oferta é controlada pelos grandes oligopólios mundiais que têm condições de concorrência no nível mundial. O novo está menos na indústria e mais no papel do capital financeiro e capital bancário, especialmente os fundos de pensão, e sua fusão com o capital industrial (formação de empresas-rede), o que torna o mundo do capital ainda mais fetichizado. Todo esse poder do capital financeiro tem origem em um processo de transferência de rendimentos produtivos para os operadores por meio da dívida do Terceiro Mundo, da titularização da dívida pública dos países da OCDE, das taxas de juros positivas adotadas pelos países e do crescimento dos fundos de pensão. Outra característica da mundialização, como se viu, é a *deslocalização* do capital para países com baixo custo salarial. Trata-se de operações de subcontratação internacional que se tor-

numa grande reunião em Nova Iorque. Houve outras — e muitas manifestações de menor expressão, especialmente nos eventos do FMI/BM e do G8. Toda esta indisposição crítica para com a mundialização culminou no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2001, que reuniu cerca de 18 mil pessoas, representantes de organizações de todo o mundo, num contraponto ao Fórum Econômico Mundial, o qual reuniu em Davos e sob forte esquema de segurança, os banqueiros e representantes do *World Business*. Bernard Cassen, editor do *Le Monde Diplomatique*, refere-se ao Fórum Social Mundial como a expressão de um novo internacionalismo (*Jornal do Brasil*, 21/1/2001). Portanto, é possível afirmar que há perda de legitimidade e uma forte contestação deste “pior dos mundos” engendrado pela busca avassaladora de rentabilidade do capital, reacendendo esperanças na direção de uma ruptura da hegemonia neoliberal existente nos últimos anos. Os enfrentamentos de Gênova, e mais recentemente a invasão americana do Afeganistão e do Iraque colocam elementos novos na discussão do Fórum Social Mundial. Em janeiro de 2002, o FSM reuniu 51.300 pessoas de 210 etnias, em Porto Alegre. Na terceira versão do Fórum, após a imensa manifestação em Florença e os atos contra a guerra em todo o mundo, bem como pela expectativa gerada com o governo Lula, estiveram presentes 100 mil pessoas em Porto Alegre. Em 2004 o FSM será realizado na Índia, voltando para Porto Alegre em 2005. Conferir Whitaker (2000), Cattani (2001) e www.forumsocialmundial.org.br.

naram a principal forma de *integração seletiva* dos países mais frágeis na hierarquia da economia-mundo. Portanto, a partir dessas características gerais, Chesnais conclui que “o termo ‘mundialização do capital’ deva servir para designar o quadro político e institucional que permitiu a emersão, sob a égide dos EUA, de um modo de funcionamento específico do capitalismo, predominantemente financeiro e rentista, situado no quadro do prolongamento direto do estágio do imperialismo” (1997: 46).

A força e a influência no debate contemporâneo da contribuição de Chesnais está em deslindar, de forma minuciosa e rica em determinações, alguns processos fundamentais presentes na mundialização da economia. No entanto, parece-me que sua análise está excessivamente centrada na crise de demanda e um tanto afastada, ainda que não completamente, do fundamento da lei do valor, como subjacente a estes mesmos processos, posição que se revela pela ênfase nas decisões de investimento das empresas, um dado fundamental, mas que deve estar relacionado à questão da valorização. O enfoque de Chesnais é voltado para as dificuldades de realização. Nesse sentido, a contribuição de Husson (1999) é complementar, no que refere à natureza da mundialização do capital, em função de um quadro analítico mais completo. Observemos o que diz sobre a mundialização.

Para ele, a existência de um mercado global que se torna o horizonte estratégico das grandes firmas, movimento que foi ampliado pelo colapso das sociedades burocráticas do Leste, não pode ser visto como uma simples busca de saídas de escoamento da produção excedente ou mera aplicação de uma divisão internacional do trabalho por meio da deslocalização de segmentos com forte utilização de força de trabalho. Ele incorpora a contribuição de Chesnais em relação à predominância dos IED como determinante principal da mundialização, geridos pelos oligopólios mundiais, processo este que é fortalecido pela mutação tecnológica e pelas políticas neoliberais desregulamentadoras e privatizantes, retirando possíveis obstáculos. Um elemento novo da mundialização é que os interesses dos grandes grupos não coincidem necessariamente com os de seu Estado de origem, ainda que esta não seja uma tendência totalmente abrangente, sobretudo ao considerar potências como EUA, Japão e Alemanha que mantêm alguma coordenação entre firmas e Estado. Há uma reestruturação vertical da economia-mundo em torno dos países da tríade. Husson também aborda a questão da financeirização, que tem a ver com o modo de estruturação da economia mundial, e não com uma preferência do capital pelas aplicações financeiras especulativas em detrimento da produção, análise que pode

incorrer em certo fetichismo das finanças. Nesse sentido, retoma a idéia marxista de que o juro é uma das formas da mais-valia e os títulos financeiros representam um direito de extração do excedente social. O desemprego, então, é indissociável do rendimento financeiro, isto porque o ascenso das taxas de juros significa “uma solução de partilha da mais-valia que permite uma redistribuição tanto social como geográfica, para os segmentos susceptíveis de a consumir, visto que as ocasiões de investimentos produtivos rentáveis não crescem à mesma velocidade que a liberação de mais-valia” (Husson, 1999: 102). A especulação provoca uma complexificação do ciclo do capital, mas não altera seu desenvolvimento geral, no qual a mais-valia socialmente produzida dirige-se para a acumulação ou para o consumo.

O autor observa que os chamados programas de ajuste estrutural para os países do Sul, e em seguida do Leste, são apoiados na teoria da abordagem monetária da balança de pagamentos, e fundados em *três interdições básicas: não proteger, não estimular a atividade pela criação de moeda, não controlar os fluxos de capitais*. As receitas de tal abordagem são: baixa das despesas públicas, privatizações, desvalorização, liberalização monetária e financeira, abertura das fronteiras, supressão das subvenções, dentre outros. Utilizando a pressão da dívida externa, as instituições internacionais (FMI e Banco Mundial) não só não promovem a possibilidade de pagamento da mesma, como desencadeiam políticas que se opõem ao desenvolvimento, embora o discurso reificador e tecnocrático tente provar o contrário.²¹ A maior expressão dessa *oposição ao desenvolvimento* está nos efeitos sociais dilacerantes do ajuste, a competição desenfreada entre os países de Terceiro Mundo, visando disputar um lugar ao sol no mercado mundial, não priorizando seus mercados internos, sem falar da espoliação dos recursos naturais. De um outro ângulo, como mostrou Chesnais, a abertura comercial corrói a possibilidade de equilíbrio da balança comercial dos países. Decorre daí um quadro pessimista, no qual:

“a concorrência direta não pode conduzir a um nivelamento, a uma convergência e ainda menos a uma ‘recuperação’. Ela implica a expulsão ou, por outras palavras, a neutralização de setores não competitivos, e isso não diz

21. Uma contundente análise sobre o papel do FMI como um verdadeiro feitor da transferência de recursos do Terceiro Mundo para os bancos comerciais, sobretudo a partir da crise da dívida entre os anos de 1979 e 1982 pode ser encontrada em Kucinski & Branford (1987: 32-46).

respeito só a agricultura, mas a segmentos inteiros das indústrias tradicionais desenvolvidas com os modelos ditos ‘de substituição de importações.’” (Husson, 1999: 106)

A possibilidade do surgimento de outros novos países industrializados (NPI) estreitou-se sobremaneira, até porque alguns conseguiram ocupar espaço significativo no mercado mundial aplicando políticas que não seguiram o receituário do Banco Mundial, com suas interdições. Este quadro leva a uma assimetria nunca antes vista entre Norte e Sul, onde as relações comerciais passam a ocupar papel secundário, como caracterizou também Chesnais. Vê-se que, com a mediação da formação social de cada país, há, em geral, uma forte cooperação das classes dominantes locais na implementação do ajuste. O resultado é uma dominação ainda maior que nos períodos anteriores, com forte endividamento e dependência tecnológica externos.

Assim, o que se tem é um mundo fracionado, cujos mecanismos se reproduzem no interior das formações sociais. Uma dialética fracionamento/integração surge como central na dinâmica do capitalismo contemporâneo, onde o capital rejeita aquilo que não consegue integrar na sua lógica. Uma dialética que se delinea geográfica e socialmente, já que a linha divisória fundamental é traçada pela austeridade salarial. Para Husson, portanto, “pela primeira vez na sua história, o capitalismo só pode aparentar uma legitimidade restrita, no sentido em que a condição de sua eficácia é que a maioria da humanidade não ganhe nada com isso” (1999: 118), em que pese um desenvolvimento das forças produtivas capaz de prover as necessidades — numa outra lógica, evidentemente.

2. O Estado no neoliberalismo

*“As pessoas já não querem saber disso.
E não aceitam que seja dado o nome de reforma ao que, em
sentido próprio, não passa de uma contra-reforma, um retorno
à antiga ordem social, ao mundo abominável descrito por
Dickens e Zola”*

Ramonet, 1998: 77

Os instrumentos de “domesticação” do capitalismo, alguns deles duramente conquistados por meio da luta incansável entre interesses antagô-

nicos de classes e seus segmentos, desde fins do século XIX e ao longo do XX, estão em questão. Destaca-se neste processo algumas funções do Estado desenvolvidas por ocasião do período fordista/keynesiano — a promoção de uma política expansiva e anticíclica, a articulação de um aparato produtivo autônomo, a garantia dos serviços públicos, a dotação de infraestrutura, a realização de alguma redistribuição de renda por meio das prestações sociais na forma de direitos, tudo isso fundado numa elevada produtividade e rentabilidade do capital — que deram suporte a um período de avanço sustentado do emprego e do consumo (Montes, 1996: 23 e 26), e que pareciam configurar avanços civilizatórios perenes. Segundo Montes, o neoliberalismo descobre os “perigosos efeitos” do *Welfare State*. São eles: a desmotivação, a concorrência desleal (porque protegida), a baixa produtividade, a burocratização, a sobrecarga de demandas, o excesso de expectativas. O perigo está especialmente no impulso aos movimentos sociais em torno de suas demandas. E a conclusão é: mais mercado livre e menos Estado social. Ou seja, tem-se:

“retirada do Estado como agente econômico, dissolução do coletivo e do público em nome da liberdade econômica e do individualismo, corte dos benefícios sociais, degradação dos serviços públicos, desregulamentação do mercado de trabalho, desaparecimento de direitos históricos dos trabalhadores; estes são os componentes regressivos das posições neoliberais no campo social, que alguns se atrevem a propugnar como traços da pós-modernidade” (Montes, 1996: 38 — tradução minha).

Em relação ao Estado, portanto, existem fortes repercussões dos processos delineados anteriormente — a reestruturação produtiva e a mundialização — que configuram as linhas gerais de uma verdadeira *contra-reforma*. Esta adquire maior ou menor profundidade, dependendo das escolhas políticas dos governos em sua relação com as classes sociais em cada espaço nacional, considerando a diretiva de classe que hegemoniza as decisões no âmbito do Estado (Behring, 2002: 32-3). Escolhas que se relacionam e resultam também do tempo histórico em que esta *contra-reforma* se instaura nas diferentes formações sociais. Trata-se de uma *contra-reforma*, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal,²² bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituá-

22. Uma crítica teórica consistente e contundente ao pensamento neoliberal, suas fábulas e sua relação com o mundo real, diga-se, sua natureza ideológica, está em Montes (1996: Capítulos 1 e 2).

rio, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política. Que linhas gerais são essas? As políticas neoliberais comportam algumas orientações/ condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade.

No processo de enraizamento dessas novas condições, percebe-se a dissolução da unidade constitutiva do Estado e do capital nacionais. Os Estados nacionais têm dificuldades em desenvolver políticas industriais, restringindo-se a tornar os territórios nacionais mais *atrativos* às inversões estrangeiras. Os Estados locais convertem-se em ponto de apoio das empresas. Para Husson (1999), uma das funções econômicas do Estado — a qual Mandel caracteriza como sendo de assegurar as condições gerais de produção — passou a ser a garantia dessa *atratividade*, a partir de novas relações entre este e grupos mundiais, onde o primeiro tem um lugar cada vez mais subordinado. Dentro disso, os Estados nacionais restringem-se a: cobrir o custo de algumas infra-estruturas (sobre as quais não há interesse de investimento privado), aplicar incentivos fiscais, garantir escoamentos suficientes e institucionalizar processos de liberalização e desregulamentação, em nome da *competitividade*. Nesse sentido último, são decisivas as liberalizações, desregulamentações e flexibilidades no âmbito das relações de trabalho — diminuição da parte dos salários, segmentação do mercado de trabalho e diminuição das contribuições sociais para a seguridade; e do fluxo de capitais, na forma de IED e de investimentos financeiros em *portfólio*. Aqui, têm destaque os processos de privatização, reduzindo as dimensões do setor público, para livrar-se de empresas endividadas, mas principalmente para dar “guarida” aos investidores, em especial ao IED.

Daí decorre que “o Estado, que supostamente representa o interesse geral, dispõe a partir de agora de uma base mais estreita que a empresa mundializada cujos interesses orientam a ação deste mesmo Estado” (Husson, 1999: 121). Assim, assuntos de vocação particular orientam os de vocação geral e de interesse público, no quadro de uma dissociação entre o poder²³ econômico mundializado e o poder político nacional. Essa tendência não é acompanhada pela construção de instituições supranacionais capazes de suprimir todas as funções do Estado-nação, mas que exercem al-

23. Sobre as fontes de *poder* das grandes corporações, frente ao poder político nacional, conferir também o estudo de Gonçalves (1999).

guma coordenação sobre o mundializado território do capital. De forma que a mundialização altera as *condições* em que o Estado-nação articula os compromissos institucionalizados entre os grupos sociais no espaço nacional. Trata-se de gerir um forte fracionamento social e territorial. Há uma perda de coerência entre Estado, aparelho produtivo, moeda e sociedade, produzida pelo referido fracionamento e pelos movimentos de deslocalização do capital internacional, que terminam por requerer um Estado forte, que enfatiza “a lei e a ordem”, presidindo os “grandes equilíbrios” sob o olhar vigilante das instituições financeiras (Husson, 1999: 123).

Husson sustenta (1994 e 1999), em síntese, que há, com a mundialização, uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que *despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento*, com claras tendências antidemocráticas. Nesse sentido, a hegemonia burguesa no interior do Estado afirma-se de forma contundente com o neoliberalismo, cujas políticas engendram uma concepção singular de democracia, que abandona a perspectiva do Estado liberal de direito e de um tecido social mais denso e participativo em nome: da participação nos processos eleitorais, os quais se convertem — em muitas situações, mas não em todas, dependendo dos processos histórico-sociais internos dos países — em um mecanismo plebiscitário de legitimação do sistema; do reforço do Poder Executivo em detrimento dos demais poderes constitucionais; do freio ao desenvolvimento de uma sociedade civil capaz de interferir e controlar os processos decisórios; da animação, em contrapartida, de um “associacionismo *light*” e bem-comportado, que tem a função de amenizar as seqüelas da dura política econômica.

Corroborando o processo sinalizado, Montes afirma que:

“a miséria e a liberdade, em última instância, não são compatíveis, porque [...] o poder tem que eliminar os riscos de que o desesperado use a liberdade para rebelar-se contra sua situação. A política neoliberal ocasiona graves prejuízos a muitas camadas da população e afoga na marginalidade uma parte não desprezível dela. A contrapartida política não pode ser outra que uma restrição das liberdades e uma desativação do potencial da democracia.” (1996: 39 — tradução minha).

Considerando que essas condições referidas anteriormente — de gestão do fracionamento por parte do Estado-nação — não são as mesmas no interior da tríade e nos demais países, observa-se que enquanto os governos no interior da tríade atuam pragmaticamente em defesa da competitividade, sem abrir mão da sua soberania (especialmente com medidas pro-

tecionistas e suporte tecnológico, em aliança com os grandes grupos de origem nacional), o modelo de ajuste estrutural proposto pelo Banco Mundial e o FMI para a periferia reforça ainda mais essa perda de substância dos Estados nacionais. Estes últimos, ao reorientarem a parte mais competitiva da economia para a exportação (o que implica para alguns países um largo processo de desindustrialização e a volta a certas “vocações naturais”), conterem o mercado interno e bloquearem o crescimento dos salários e dos direitos sociais, e aplicarem políticas macroeconômicas monetaristas, com altas taxas de juros e o estímulo à depressão dos fatores de crescimento, forçando o desaparecimento de empresas e empregos, *encontram dificuldades de desempenhar suas funções de regulação socioeconômicas internas*.

Daí decorrem fortes impedimentos para o avanço da democracia. Na América Latina, por exemplo, assistiu-se a práticas políticas extremamente nefastas, que variaram da “fujimorização” peruana até o *Estado de legalidade formal* (Dallari, 1997) de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, por meio das excessivas medidas provisórias. Estes exemplos, e há um sem-número de outros, confirmam que, se houve regressão das formas abertas de ditadura em muitos países do mundo nos últimos anos, existem enormes dificuldades de consolidação de regimes realmente democráticos. Montes ilumina um outro aspecto relacionado à implementação da macroeconomia monetarista e seu impacto na democracia: “Aos bancos centrais se lhes outorga uma autonomia absoluta para cumprir o objetivo de garantir essa estabilidade, da qual nenhuma outra instituição goza no cumprimento de seus fins, vulnerabilizando princípios democráticos” (1996: 88 — tradução minha).²⁴

Cabe desenvolver uma outra determinação em todo esse processo. Para além da mudança substantiva na direção da intervenção estatal engendrada pela mundialização, observa-se a chamada *crise fiscal do Estado*.²⁵ Da vi-

24. De onde se pode concluir que abrir mão da direção técnico-política do Banco Central é abrir mão de governar, considerando que este toma decisões estratégicas para o projeto nacional. Essa foi uma das principais pressões do mercado (impaciente e nervoso, como sempre...) sobre o governo Lula, nos primeiros momentos. É uma discussão em aberto, mas cujos riscos vêm sendo sinalizados ao novo governo por diversos analistas. Documento do Ministério da Fazenda, intitulado *Política econômica e reformas estruturais*, publicado em abril de 2003, apontava explicitamente para uma sensibilidade às pressões do mercado. Contudo, o tema está, no momento em que escrevo estas linhas, um pouco “de lado”.

25. A primeira formulação sobre a crise fiscal do Estado encontra-se em O'Connor (1977). Uma síntese crítica de suas idéias, mas que incorpora alguns elementos, pode ser encontrada em Behring (1998, Capítulo 3).

rada para a onda longa com tonalidade depressiva a partir de 1973, decorre uma inflexão na receita e no gasto público. Como se viu, é o esgotamento dos anos de ouro do keynesianismo, com sua específica combinação entre capitalismo e social-democracia. Segundo a OCDE, no período de 1960-82, a receita média dos países-membros sobre o PIB aumentou de 26%, em 1960, para 42%, em 1982. Enquanto isso, o gasto médio sobre o PIB aumentou de 20%, em 1960, para 47%, em 1982. Assim, vai-se de um superávit em 1960 a um déficit em 1982. O momento da inflexão é justamente o ano de 1973, quando reverte o ciclo econômico para uma onda longa depressiva (OCDE, 1985; Mandel, 1990).

Ocorre que, dentre os aspectos da intervenção estatal que fazem parte de seu papel (Mandel, 1982), foram ampliadas as fronteiras da proteção social, seja por pressão dos segmentos de trabalhadores excluídos do pacto “welfareano” — setores não-monopolistas²⁶ — pela universalização dos gastos sem contrapartida, seja dos incluídos no mesmo pacto — trabalhadores dos setores monopolistas — com correções de benefícios maiores que a inflação. Os trabalhadores dos países de capitalismo central, estimulados pela condição do pleno emprego, reivindicaram uma cobertura maior e mais profunda no âmbito do *Welfare State*. Ao lado disso, já havia resistência dos contribuintes à ampliação da carga tributária. No contexto da reversão do ciclo econômico, a renda nacional caiu ao mesmo tempo que a carga tributária efetiva (o que é diferente da carga tributária potencial), enquanto aumentava o gasto em função das estratégias keynesianas de contenção do ciclo depressivo (déficit público), largamente utilizadas quando estourou a crise: aí reside a razão mais profunda da crise fiscal. Ou seja, se as demandas de proteção social por parte dos trabalhadores de fato se ampliaram, como constata O’Connor, a depressão dos fatores de crescimento e as tendências de queda da taxa de lucros propiciam as resistências para seu atendimento, num contexto em que passa a ser questionado o custo direto e indireto da força de trabalho.

Destaca-se, ainda, a tendência de crescimento da renúncia fiscal a partir da virada do ciclo. Dain (1996) chega a afirmar que esta consiste na explicação primeira da crise fiscal. Se fosse computada a carga tributária potencial (que inclui a renúncia), a questão do déficit, na opinião desta

26. Sobre a distinção entre setores não-monopolistas e setores monopolistas e sua pressão diferenciada sobre o fundo público, conferir O’Connor (1977).

autora, estaria minimizada. Para David Heald (1983), trata-se de uma redistribuição às avessas, que tende a se ampliar na crise, constituindo um *Welfare State* invisível, o qual beneficia o empresariado. Ou seja, a crise fiscal é induzida não apenas nem principalmente pelas pressões dos trabalhadores por maior proteção social. Este foi, na verdade, um argumento para a defesa neoliberal do corte dos gastos sociais, escamoteando as intenções reais de diminuição do custo do trabalho, ao lado da imposição de derrotas aos segmentos mais organizados dos trabalhadores. É evidente a reorientação do fundo público para as demandas do empresariado, combinada à queda da receita engendrada pelo ciclo depressivo e à diminuição da taxa sobre o capital, que alimentam a crise fiscal (Anderson, 1995 e Chesnais, 1996).

Para além do impacto da renúncia fiscal crescente no contexto da crise, a *reestruturação produtiva tem fortes implicações para a carga tributária*. A pulverização da grande indústria e o crescimento do mundo da informalidade desencadeiam a perda do *power of enforcement* do Estado e a baixa da arrecadação,²⁷ já que o controle fiscal de pequenas empresas e do trabalho informal encontra grandes dificuldades de operacionalização. Dain também chama atenção para o fato de que a regulação keynesiana se preparou para um contexto de desemprego conjuntural, diante do qual é admissível o *déficit* público para estimular a demanda efetiva. Entretanto, a revolução tecnológica infirma essa hipótese keynesiana como estratégia de longo prazo, haja vista o desemprego estrutural, a tendência à horizontalização das empresas e a mundialização.

Num contexto em que há pressão pelo aumento do gasto *vis-à-vis* à pressão para uma queda da receita, a disputa pelos *fundos públicos* intensifica-se. Então, sob o argumento da escassez de recursos, de conter o *déficit* público, ou mesmo, como no caso do Brasil hoje, de evitar a volta da inflação, preconiza-se o corte dos gastos estatais, para o “equilíbrio das contas públicas”, como indicador de saúde econômica. Assim, promove-se, do ponto de vista fiscal, uma mudança de pauta regressiva. Segundo Montes,

27. No Brasil, a arrecadação tem aumentado, mas mantendo-se uma imensa renúncia fiscal e uma ainda maior punção da renda do trabalho, como se verá no Capítulo 5. Portanto, as tendências de baixa da arrecadação operam também entre nós, mas têm sido acompanhadas de uma intensificação da tributação regressiva (impostos indiretos), que não tem como contrapartida um Estado estruturante de políticas públicas redistributivas.

“estancou em muitos países, senão reduziu-se, o peso dos impostos no PIB. Os impostos indiretos, em linhas gerais muito mais regressivos que os diretos [...] ganharam terreno sobre os diretos. Estes perderam progressividade, isto quando não se cometeram reformas aberrantes como as que empreendeu Reagan aliviando a carga tributária das altas rendas e elevando a das rendas médias e baixas. Os impostos sobre o capital tenderam a reduzir-se. E, enfim, tratou-se de compensar reduções de contribuições sociais com elevações de impostos indiretos, como se fosse um ato fiscal neutro, quando comporta mudanças profundas na distribuição de renda e na repartição da carga tributária. Não é por casualidade que essa substituição das contribuições é uma reivindicação dos patrões a que prestam esmerada atenção os governos.” (1996: 78 — tradução minha)

As políticas sociais entram neste cenário caracterizadas por meio de um discurso nitidamente ideológico. Elas são: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que, aos poucos — já que há resistências e sujeitos em conflito nesse processo eminentemente político — vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (Netto, 1993). Deve-se considerar também que a degradação dos serviços públicos e o corte dos gastos sociais levam a um processo de privatização induzida nesse terreno. Ou seja, há uma mercantilização e a transformação de políticas sociais em negócios — o que expressa processo mais amplo de supercapitalização (Mandel, 1982 e Behring, 1998) — tendo em vista a rentabilidade do capital (Montes, 1996: 76). Este último não prescinde de seu pressuposto geral — o Estado —, que lhe assegura as condições de produção e reprodução. Hoje, cumprir com esse papel é facilitar o fluxo global de mercadorias e dinheiro, por meio, como já foi sinalizado, da desregulamentação de direitos sociais, de garantias fiscais ao capital, da “vista grossa” para a fuga fiscal, da política de privatização, dentre inúmeras possibilidades que pragmaticamente viabilizem a realização dos superlucros e da acumulação. Nas lúcidas palavras de Montes, tem-se que “o neoliberalismo, mais que menos Estado, propugna outro Estado. O que pretende é mudar algumas de suas pautas, porém não tem asco da intervenção do Estado quando preserva e garante os privilégios do capital, individual ou coletivamente considerados” (1996: 86 — tradução minha).

Este é o caráter do ajuste estrutural proposto pelos organismos internacionais, como forma por meio da qual as economias nacionais devem

adaptar-se às novas condições da economia mundial. Como bem apontam Grassi, Hintze e Neufeld (1994), estes mesmos organismos já admitem hoje o custo social e político do ajuste, tanto que passaram a ter preocupações em relação ao flagrante crescimento da pobreza e decadência de indicadores sociais nos países que vêm aplicando o receituário econômico do Banco Mundial e do FMI. Este interessante estudo das autoras argentinas mostra os discursos de consultores e dirigentes dessas agências, desnudando o caráter meramente compensatório da intervenção social presente em suas proposições. O estudo identifica ainda as divergências entre os vários organismos das Nações Unidas quanto à questão das estratégias de enfrentamento da pobreza. Porém, fundamentalmente, o ajuste tem passado pela desregulamentação dos mercados, pela redução do *déficit* fiscal e/ou do gasto público, por uma clara política de privatização, pela capitalização da dívida e um maior espaço para o capital internacional, inclusive como condição para empréstimos. Para a política social, a grande orientação é a *focalização das ações*, com estímulo a fundos sociais de emergência, e a mobilização da “solidariedade” individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não-governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil. Aqui, observa-se a emersão de uma espécie de clientelismo (pós) moderno ou neocorporativismo, onde a sociedade civil é domesticada — sobretudo seus impulsos mais críticos — por meio da distribuição e disputa dos parcos recursos públicos para ações focalizadas ou da seleção de projetos sociais pelas agências multilaterais.

3. Fetichismo, dominação e hegemonia

Uma abordagem da lógica do capitalismo contemporâneo ficaria incompleta sem uma caracterização, mesmo breve, da grande ofensiva ideológica em curso. De fato, para manter-se como modo hegemônico de organização econômica, política e social, num mundo tão inseguro e cujo sentido não se orienta para o atendimento das necessidades sociais da maioria das pessoas, mas para a rentabilidade do capital, os arautos do neoliberalismo desencadearam inúmeras estratégias ideológicas e culturais. Dessa forma, buscaram constituir uma falsa consciência, a partir da difusão de uma visão de mundo conservadora da ordem existente, segundo a qual o mercado é a grande utopia. Tais estratégias têm sido bastante eficazes para garantir o consentimento de amplos segmentos e evitar uma radicalização

da luta de classes. Para as expressões mais radicalizadas de demandas e insatisfações, restam o isolamento político e a coerção violenta.

Tem-se, dentro disso, a massificada divulgação, pelos mais variados instrumentos de mídia, de algumas “verdades incontestáveis” e aparentemente racionais — acompanhada da desqualificação dos argumentos em contrário —, no sentido de forjar um consentimento ativo e majoritário para as medidas econômicas e políticas tratadas nos itens anteriores. Para tanto, conta-se com o aval de amplas parcelas da comunidade científica. Eis o chamado *pensamento único*, ou seja, um conjunto sistemático de idéias e medidas difundidas pelos meios de comunicação de massas, mas também dentro dos ambientes bem pensantes, estes últimos assaltados por profundos pragmatismo e imediatismo. O pensamento único vigorou amplamente nos anos 1990, mas ainda mantém sua força neste início de milênio.

Portanto, a hegemonia (Anderson, 1995) do grande capital, que se expressa na sua capacidade de implementar as chamadas “reformas orientadas para o mercado”, que envolvem as mudanças no mundo do trabalho, a redefinição do próprio mercado com a mundialização e a contra-reforma do Estado, só é possível a partir de um suporte ideológico que envolva em um véu de fumaça as conseqüências desastrosas desse projeto ao norte e ao sul do Equador, promovendo o que Santos (2000) chama de “a confusão dos espíritos”. Assim, chega ao limite o fetiche do reino universal das mercadorias, com sua transformação das relações entre homens em relações entre coisas, que oculta a natureza dos processos econômicos e sociais de dominação e exploração entre indivíduos, grupos e classes sociais. O ambiente do neoliberalismo potencializa o fetiche da mercadoria e a reificação,²⁸ já que o caráter das relações sociais aparece ainda mais ocultado pelo espetáculo, pela difusão massificada do governo das coisas sobre os homens, com o que se aprofunda a alienação dos mesmos sobre sua condição material e espiritual. Não se pretende aqui esgotar uma qualificação do *ethos* que se procura formar nestes tempos neoliberais, mas delinear alguns de seus traços marcantes. Dentre eles, destaca-se o pós-modernismo como visão de mundo.

Fredric Jameson (1996) levanta questões importantes acerca da lógica cultural do capitalismo tardio, associada ao culto do fragmento, ao gosto do pensamento pós-moderno, especialmente no segmento que realiza o elo-

28. Sobre fetichismo e reificação na sociedade capitalista, consultar: Marx (1988: Seção I, 1.4), Bottomore (1988: 150 e 314/6) e Lukács (1989).

gio deste admirável mundo do capital,²⁹ com sua recusa da totalidade (como recurso heurístico ou como ontologia) e da razão moderna. A esta última é dirigida uma crítica que a reduz a uma dimensão instrumental, em detrimento de suas possibilidades emancipadoras. Jameson parte, ainda que com uma apreensão um tanto formal, de Mandel, cujo raciocínio tem por suposto, não explorando por inteiro as possibilidades de articulação entre os ambientes cultural e econômico que se poderiam inferir da obra mandeliana. Dessa forma, há certo mecanicismo na sua análise, no qual a idéia da cultura pós-moderna aparece como *reflexo* apenas da lógica do capitalismo tardio. Por outro ângulo, as ligações do mundo da cultura pós-moderna com a lógica do mercado, apesar de anunciadas, não são abordadas com maior profundidade, quando o conceito mandeliano de supercapitalização traz possibilidades bastante interessantes para a reconstrução desta mediação. Nesse sentido, Harvey (1993) enfrentou melhor a necessária ligação entre uma referência heurística geral e a por ele chamada “condição pós-moderna”. Mas, mesmo com essas observações, a contribuição de Jameson é muito relevante. Vejamos.

Jameson propõe que se compreenda o pós-modernismo “não como um estilo, mas como uma dominante cultural: uma concepção que dá margem à presença e à coexistência de uma série de características, que, apesar de subordinadas umas às outras, são bem diferentes” (1996: 29). Uma dominante cultural e estética integrada à produção de mercadorias. A organização da produção no capitalismo tardio requer uma função estrutural da inovação estética e do experimentalismo, qual seja, produzir produtos que pareçam novidades, inventar necessidades. Ele sinaliza também o vínculo da dominante cultural pós-moderna com a dominação norte-americana sobre o “resto do mundo”. Porém, o mais interessante em Jameson é essa idéia de uma *dominante cultural da época*, que possui alguns traços constitutivos, que se revelam pela análise crítica de obras de arte modernas em comparação com as pós-modernas.

29. Nem todos os pensadores pós-modernos são neoconservadores. Na verdade, trata-se de um movimento heterogêneo, que comporta certa celebração do transitório e do fragmento (a exemplo de Lyotard, dentre outros), mas também perspectivas mais críticas (a exemplo de Boaventura Santos, dentre outros). Boaventura de Souza Santos (1996) propõe que não existe uma teoria da pós-modernidade, mas concepções pós-modernas, que podem ser de celebração ou de oposição, campo no qual ele se coloca. Essas observações estão fundadas em anotações de aulas de José Paulo Netto, da disciplina Questões de Teoria Social, Cidadania e Serviço Social, Doutorado em Serviço Social — ESS/UFRJ.

Neste passo, ele aponta na estética pós-moderna os seguintes elementos: a falta de profundidade e a superficialidade; a ausência do gesto utópico — presente na arte moderna; a falta de espaço aberto ao espectador; o esmaecimento do afeto; certa frivolidade gratuita; o fim do indivíduo, da “pincelada única”, embutido na massificação e mercantilização, com a crescente inviabilidade de um estilo pessoal, gerando o pastiche e a imitação, e metamorfoseando o que era estilo nos modernistas em códigos pós-modernistas; a canibalização aleatória dos estilos do passado, engendrando o simulacro — a cópia idêntica do que nunca existiu — resultante de um profundo ecletismo estilístico (a exemplo da arquitetura); o esmaecimento da temática moderna do tempo, da duração e da memória, ao lado de uma colonização insensível do presente pela modalidade da nostalgia, que desloca a história real, na impossibilidade de interferir (ou pretender-se a) ativamente em seu curso; o predomínio do espaço sobre o tempo; e uma ausência de personalidade, que denota a “morte do sujeito”.

Esses traços remetem, para o autor, a uma crise da historicidade, na qual a produção cultural apresenta-se como um amontoado de fragmentos, uma prática da heterogeneidade e do aleatório. Há uma quebra das cadeias de significação nesse processo, que leva à esquizofrenia, ou seja, a redução da experiência estética ao significante material imediato, “a uma série de puros presentes não relacionados no tempo” (Jameson, 1996: 53), destituídos de intencionalidade e significados. Assim, o presente invade o sujeito, com uma intensidade avassaladora, produzindo certa euforia isolada. Jameson reconhece a heterogeneidade do ambiente intelectual e artístico e que há trabalhos interessantes advindos da perspectiva pós-moderna, o que não infirma sua leitura crítica. Um outro aspecto sinalizado é a relação dessa perspectiva com a revolução tecnológica, que fortalece a reprodução e a cópia. Falando sobre uma típica obra de arquitetura pós-moderna, Jameson mostra a relação indiferente que é estabelecida com o espaço urbano ao seu redor, projetada em sua parede de espelhos; de sua intenção de não fazer parte da cidade, mas de substituí-la, de criar um mundo à parte, em meio à desagregação urbana. Ele conclui: “O Bonaventure [...] satisfaz-se em ‘deixar o tecido urbano degradado continuar a ser em seu ser’ (para parodiar Heidegger). Não se espera nenhum outro efeito, nenhuma transformação utópica protopolítica” (1996: 57). E, por dentro, este hiperespaço submete as pessoas à deslocalização, dificultando a capacidade de mapear sua posição, desnordeando a percepção corporal. Esta é a perspectiva pós-moderna, tomada por Jameson como a dominante cultural

do capitalismo tardio, cuja complacência celebrativa do presente e a assertiva de que estamos numa sociedade pós-industrial são para ele inaceitáveis.

Jameson recusa a mera condenação moral do pós-modernismo, sugerindo pensar dialeticamente a evolução do capitalismo tardio, aqui do ponto de vista cultural, como “um progresso e uma catástrofe ao mesmo tempo” (1996: 73), inspirando-se no raciocínio de Marx no *Manifesto comunista*. Assim, se há uma dissolução da esfera autônoma da cultura, por meio da cooptação e colonização da criatividade pela mercantilização, há também uma expansão da linguagem estética para todas as instâncias da vida, cuja apreensão está longe de ser suficientemente analisada e teorizada. Esta nova linguagem cultural não é uma fantasia, mas uma realidade genuinamente histórica, diante da qual a esquerda não pode se intimidar ou reagir ortodoxamente. Uma agenda para uma nova arte política terá, segundo Jameson (1997: 79), que

“se ater à verdade do pós-modernismo, isto é, a seu objeto fundamental — o espaço mundial do capital internacional —, ao mesmo tempo em que terá que realizar a façanha de chegar a uma nova modalidade, que ainda não somos capazes de imaginar, de representá-lo, de tal modo que nós possamos começar novamente a entender nosso posicionamento como sujeitos individuais e coletivos e recuperar nossa capacidade de agir e lutar, que está, hoje, neutralizada pela nossa confusão espacial e social. A forma política do pós-modernismo, se houver uma, terá como vocação a invenção e a projeção do mapeamento cognitivo global, em uma escala social e espacial.”

Em Jameson, temos um interessante mapeamento do ambiente cultural e moral, de um ponto de vista estético, no qual a dominante cultural pós-moderna que festeja o capitalismo tardio fortalece a reificação e o fetichismo, sob novas formas neste renovado mundo do capital. Vale cotejar outros elementos e contribuições, agora do ponto de vista da cultura política desses tempos.

Nesse sentido, é importante observar o argumento de Mota (1995) acerca da existência de uma *cultura da crise*, elemento constitutivo do fazer político burguês no sentido da disputa ideológica e constituição de hegemonia, na década de 1980. Para a autora,³⁰ uma cultura política da crise recicla

30. O estudo de Mota (1995) está centrado na relação entre crise e hegemonia na sociedade brasileira, nos anos 1980 e início dos 1990, delineando a hipótese de que a burguesia brasileira

as bases da hegemonia do capital, mediando as práticas sociais das classes e formando um novo consenso. Ou seja, ainda que o capital esteja vivendo uma crise orgânica, e de larga duração, como procurei também sustentar ao longo deste capítulo, a autora aponta que esta não gera mecanicamente uma crise de hegemonia (1995: 38). Assim, o enfrentamento da crise relaciona-se à capacidade das classes de fazer política, disputando a condução do processo. Compõe essa disputa a difusão, por parte das classes dominantes, de uma *cultura da crise*, cujos componentes centrais são o pensamento privatista e a constituição do *cidadão-consumidor*,³¹ com o sentido de assegurar a adesão às transformações no mundo do trabalho e dos mercados. O eixo central do convencimento repousa em que há uma nova ordem à qual todos devem se integrar, e que é inevitável se adaptar a ela. Estes são termos que compõem as justificativas do que estou caracterizando como uma contra-reforma do Estado. O discurso prossegue afirmando que outros projetos fracassaram, a exemplo das experiências socialistas e da social-democracia, do que se deduz mecanicamente uma relação entre crise capitalista/socialista e a intervenção maior ou menor do Estado. Uma espécie de satanização do Estado é central nesse argumento, tanto quanto a intensa exploração político-ideológica da implosão da União Soviética em 1991, como “prova” de que há apenas um caminho a seguir.

A crise, localizada no Estado, e a tecnologia — sempre tratada como se tivesse vida própria — vão requerer ajustes estruturais que atingem a todos de forma supostamente igual, e que exigem iguais sacrifícios de todos, continua o discurso corrente. Dessa forma, diluem-se as diferenças de classe num consentido e sofrido esforço geral de ajuste e de “reformas”, cuja orientação socioeconômica encontra-se, por exemplo, no chamado Consenso de Washington (Fiori, 1994). Para os não-integrados, restam polí-

desencadeou uma atitude de disputa de hegemonia, não mais impondo seu projeto *pelo alto*, como em processos anteriores — retomarei, adiante, esta questão. O trabalho tem, ainda, um foco específico na questão da seguridade social, e seus argumentos a esse respeito serão incorporados em outro capítulo da tese. Para o momento, seus dois primeiros capítulos de natureza mais geral trazem elementos teóricos e históricos fundamentais para a discussão sobre a ofensiva ideológica neoliberal e a constituição de sua hegemonia.

31. Santos (2000) fala da incompatibilidade entre cidadania e consumismo. Este último, para ele, solapa as bases da cidadania. No entanto, penso ser fecunda e criativa a caracterização de Mota, na medida em que o discurso ideológico contemporâneo se apropria e ressemantifica determinados conceitos e termos — além da cidadania, a idéia de reforma. É fato que, nesta sociedade, ser cidadão reduz-se a participar do circuito do mercado.

ticas focalizadas de combate à pobreza, redes de proteção social e, no limite, a polícia. Todo o esforço volta-se para a instituição dos novos objetos de consenso. Segundo Mota, são eles: “a desqualificação teórica, política e histórica da existência de alternativas positivas à ordem capitalista e a negação de qualquer mecanismo de controle sobre o movimento do capital, seja enquanto regulação estatal, seja por meio de outros mecanismos democráticos de controle social, em favor da regulação do mercado” (1995: 97). Para ela, esses são traços gerais de uma cultura que compõe a ofensiva do grande capital em nível mundial, mas que assume traços particulares em cada formação social.

A interpretação da crise, adicionada à capacidade de difundi-la como visão de mundo ideológica (Löwy, 1987), vai se amalgamando em amplas camadas da sociedade como verdade e princípio orientador, formando uma cultura/*ethos* que é parte de uma contra-reforma intelectual e moral,³² empreendida pela burguesia, ou seja, de natureza conservadora. Na verdade, uma espécie de contra-reforma no nível dos hábitos, dado o caráter regressivo das transformações em curso na realidade e na consciência dos homens, que é reforçada pela experiência estética analisada por Jameson.

Se a idéia de uma cultura da crise nos termos de Mota é elemento fundamental da confusão dos espíritos já desde os anos 1980, pode-se acrescentar outros ingredientes, sobretudo nos anos 1990. Observemos a reflexão de Milton Santos a esse respeito. Para ele, a realização do mundo atual requisita fábulas, a exemplo da morte do Estado, enquanto se assiste ao seu fortalecimento para atender aos interesses financeiros e de minorias; ou da aldeia global, como se as tecnologias estivessem à mão para todos, enquanto a maioria da população mundial está longe do chamado tempo real. Para Santos, se as novas tecnologias e seu uso na esfera da informação contêm potencialidades enormes no sentido da construção de uma nova sociabilidade, há que pensar a técnica tal como usada pelos homens: “As técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação da política...” (2000: 26). E o motor único do uso das técnicas é a valorização do

32. Os conceitos de hegemonia e reforma intelectual e moral são contribuições inestimáveis de Gramsci para a tradição marxista, considerando as mediações entre economia e política e o movimento dos sujeitos sociais, tornando-se indispensáveis para pensar a ofensiva ideocultural do grande capital que marca este período. Além dos textos de Gramsci (1978, 1984 e 1988), consultar: Gruppi (1978), Coutinho (1989a) Sales (1993) e Mota (1995). Os cadernos foram relançados no Brasil, pela editora Civilização Brasileira, a partir de um cuidadoso trabalho de organização dos textos de intelectuais gramscianos, dentre eles, Carlos Nelson Coutinho.

capital, a busca da mais-valia, por meio da competitividade. Para Santos, há uma crise estrutural do capitalismo, movida pela tirania do dinheiro e da informação. A perversidade do momento histórico atual está no império das fabulações, percepções fragmentadas e do discurso único invasivo do mundo, o que significa um *globalitarismo*. Ele denuncia o papel despótico da informação manipulada que é transmitida para a maioria da humanidade, que, em lugar de esclarecer, confunde. Por sua vez, a publicidade, forjando necessidades, configura-se como um novo “encantamento do mundo”. O consumo, para Santos, é o grande fundamentalismo do nosso tempo, que, junto à competitividade, engendra o sistema ideológico da época. Ramonet agrega ao argumento de Santos uma fulminante ofensiva no sentido da padronização, homogeneização e uniformização dos padrões de consumo e dos costumes na chamada *world culture* (1998: 47). Harvey sinaliza também esse aspecto ao discutir o processo de ponta da compressão espacial e temporal — que não atinge a todos da mesma forma, evidentemente, mas tem conseqüências generalizadas, mediadas pela formação social e sua inserção no mundo do capital.³³ Vejamos.

“A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.” (Harvey, 1993: 148)

A impressão de que a técnica é uma exterioridade que imprime uma nova dinâmica fora do controle dos homens, ou seja, a naturalização da técnica, acoplada a sua despolitização — lugares-comuns amplamente difundidos pela mídia — são fortes componentes de uma cultura insidiosa de dominação, fortalecendo o argumento da “necessária adaptação”. Ao lado disso, o parâmetro da competitividade resulta num individualismo exacerbado e elimina toda forma de compaixão e de sociabilidade fundada

33. Em algumas passagens, Santos (2000) parece discordar dessa questão da compressão espaço-temporal, embora não faça nenhuma referência à Harvey (1993). Como ambos são geógrafos, muito provavelmente tiveram alguma interlocução, mas que desconheço. Parece-me indiscutível o argumento de Harvey acerca da compressão espaço-tempo. As observações de Santos, valorizando o território e suas particularidades também são importantes. Na verdade, os autores, a meu ver, estão tratando de dimensões diferentes da realidade, que se relacionam.

na alteridade e na solidariedade, o que, em Jameson, remete ao esmaecimento dos afetos.

Para Santos, o globalitarismo³⁴ invade ideologicamente o mundo do trabalho, da política — com uma mercantilização da democracia — e até o mundo da pesquisa científica, no que ele caracteriza como um cerco às idéias, promovido pelo pensamento único, que leva a um descompromisso com a verdade por parte de muitos intelectuais, que em vez de se dedicarem a desmontar esses argumentos, aderem ao pragmatismo despótico reinante, numa verdadeira desqualificação do espaço acadêmico.³⁵ Esses aspectos engendram um violento “sistema da perversidade”, que glorifica a esper-teza e a avareza, em detrimento da sinceridade e da generosidade, sistema este que atravessa a sociedade e o Estado e mina as bases da democracia, mesmo sendo esta limitada e formal na sociedade burguesa. A democracia vê-se ameaçada, num quadro em que a política no âmbito do Estado, que supõe uma visão de conjunto, é substituída pela política empresarial. Então, o que se tem é uma não-política, inclusive social, com a transferência de ações — focalizadas — para o “terceiro setor”, processo que caminha ao lado do crescimento da pobreza. Esta não-política é acompanhada da mobilização do voluntariado, de um lado, e de uma espécie de clientelismo modernizado, na relação entre Estado e organizações da sociedade civil, que também constitui espaço de construção de adesão e cooptação.

Santos acredita numa perda de legitimidade desse sistema em função da *escassez*³⁶ que envolve a maioria da humanidade e da potencialidade de

34. Sobre globalitarismo, conferir também Ramonet (1998).

35. Sobre a questão da condição do espaço acadêmico nesse contexto da competitividade, e da despolítica da pesquisa, vale conferir o claro artigo de Chaui (1998) sobre o que ela caracteriza como *universidade operacional*, no Brasil. Em que pese a preocupação com o caso brasileiro, penso que suas observações possuem uma perspectiva universal. Em outro artigo preciso, Chaui relaciona esta concepção de universidade com a “reforma” do Estado em curso (*Folha de S. Paulo*, 9/5/1999 — Caderno Mais).

36. Embora utilize o termo *escassez*, pareceu-me que Santos não o incorpora tal como na economia política clássica e o conservadorismo contemporâneo, limitando-o a uma representação da ausência de recursos para suprir necessidades por parte das maiorias. Quanto ao conceito, reitero a posição expressada em meu trabalho de 1998, quando afirmei: “Temos, hoje, um extraordinário desenvolvimento das forças produtivas, que nem sequer pode ser amplamente incorporado na produção, capaz de prover as necessidades básicas em nível mundial. [...] A crítica marxista é suficientemente clara quanto à caracterização da economia como administração da escassez: é uma ideologia. Assistimos, na realidade, à lógica do desperdício, da exclusão em meio à

articulação de um novo projeto que se aproprie dos aspectos positivos da técnica, e que é construído no espaço local, no cotidiano, fugindo ao relógio despótico do *just in time* e partindo da existência territorializada dos homens. Trata-se de uma visão bastante otimista das possibilidades de reversão da barbárie presente neste projeto de *modus vivendi*, via espaço local. Esta geração está assistindo/vivendo o império da barbárie (Menegat, 2001), da fragmentação e do fundamentalismo no espaço mundial internacionalizado, onde a capacidade destrutiva, material ou espiritual, desenvolvida mostra toda a sua perversidade. Penso que não é possível interferir neste curso apenas pela implementação de políticas racionais localizadas e *ad hoc*, ainda que elas sejam necessárias. Uma lógica que é global só pode ser enfrentada globalmente, motivo pelo qual movimentos de cunho internacional, a exemplo do Fórum Social Mundial, dentre outros, são esperanças importantes. Mas, o fundamental para a discussão da dinâmica do capitalismo contemporâneo e seus impactos sobre o Estado são os elementos da *dominante ideológica e cultural do período*, e que constituem a base de legitimidade para a contra-reforma que se pretende caracterizar.

abundância, e mesmo da subutilização do desenvolvimento das forças produtivas. Trata-se 'daquela aparente desordem que é, na verdade, o mais alto grau de ordem burguesa' (Dostoiévski, 1862)" (Behring, 1998: 27).

“Ah, como passam as coisas deste mundo, nada do que se constrói é perene, nada do que se faz é bem lembrado além de seu tempinho, nada fica como está, nunca se volta, nunca se volta.”

Viva o povo brasileiro, João Ubaldo Ribeiro